

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

Folha: 1/8

CNPJ: 83.102.566/0001-51
RUA MANOEL LOURENCO DE ARAUJO, 137
C.E.P.: 89420-000 - Matos Costa - SC



SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Excelentíssimo(a) PREFEITO MUNICIPAL

No uso das atribuições de meu cargo, venho respeitosamente requerer que Vossa Excelência autorize a abertura de procedimento licitatório conforme especificações relacionadas abaixo. A existência de recursos orçamentários foi confirmada pelo parecer contábil expedido pelo setor de contabilidade, estando tudo de acordo com a legislação em vigor.

OBJETO DA LICITAÇÃO: Registro de preços para Contratação futura e eventual de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o necessário fornecimento de peças e acessórios, para atender aos veículos da frota oficial do Município de Matos Costa, e ainda, para todos aqueles que forem adquiridos, cedidos e emprestados durante a vigência do contrato, em que se inclui: mecânica geral, inclusive o sistema elétrico/eletrônico e hidráulico, retífica, funilaria, pintura em geral, conserto do sistema de refrigeração, ar-

Processo Adm. nº: 26/2019 **Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL **Registro de Preço**
Forma de Julgamento: MAIOR DESCONTO POR ITEM
Forma Pgto. / Reajuste: CONFORME CONTRATO / SEM
Prazo Entrega/Exec.:
Local de Entrega: SEDE DA PROPONENTE -
Urgência:
Vigência: 12 MESES
Observações:

Convidados:

DOTAÇÕES QUE SERÃO UTILIZADAS:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Total Previsto
1	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS - GABINETE, VEÍCULO HONDA FLEX PLACA EPN-1647, 2010.	14.000,0000	14.000,00
2	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE GABINETE CIVIC LXL 5P PLACAS EPN 1647	14.000,0000	14.000,00
3	1,000	SERV	CARGA DE GÁS PARA CONDICIONADOR DE AR VEICULAR GABINETE CIVIC LXL 5P PLACAS EPN 1647 2010.	2.000,0000	2.000,00
4	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS - GABINETE, VEÍCULO PALIO WEEKEND PLACA MLX-3098, 2013/2014.	12.000,0000	12.000,00
5	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE GABINETE PALIO WEEK ATTRAKK 1.4 PLACAS MLX 3098 2013/2014.	12.000,0000	12.000,00
6	1,000	SERV	CARGA DE GÁS PARA CONDICIONADOR DE AR VEICULAR GABINETE PALIO WEEK ATRAK 1.4 PLACAS MLX 3098 2013/2014.	2.000,0000	2.000,00
7	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS - GABINETE, VEÍCULOS A SEREM ADQUIRIDOS	10.000,0000	10.000,00
8	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE VEÍCULOS A SEREM ADQUIRIDOS.	10.000,0000	10.000,00
9	1,000	SERV	CARGA DE GÁS PARA CONDICIONADOR DE AR VEICULAR GABINETE VEÍCULOS A SEREM ADQUIRIDOS.	2.000,0000	2.000,00
10	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS - FUNDO DE SAÚDE FURGÃO DAILY 45S14 PLACA MJI-5727, 2010/2011.	10.000,0000	10.000,00
11	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE FUNDO DE SAÚDE FURGÃO DAILY 45S 14 GRAM FUR PLACAS MJI 5727 2010/2011.	10.000,0000	10.000,00

Matos Costa, 10 de Maio de 2019.

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

Folha: 2/8

CNPJ: 83.102.566/0001-51
RUA MANOEL LOURENCO DE ARAUJO, 137
C.E.P.: 89420-000 - Matos Costa - SC



*folta 2020
Buitados
Item - Lote
Global.*

SOLICITAÇÃO DE PREÇOS

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Total Previsto
12	1,000	SERV	CARGA DE GÁS PARA COND DE AR V DAILY 45s14 GRANFUR PLACAS MJI 5 DE FURGÃO	2.000,0000	2.000,00
13	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS FUNDO DE SAUDE REBOK ODONTOMOVEL	5.000,0000	5.000,00
14	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE VEICULOS SAUDE REBOK ODONTOMÓVEL	5.000,0000	5.000,00
15	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS - FUNDO DE SAUDE GERADOR ODONTOMÓVEL PLACA MKA-3978.	5.000,0000	5.000,00
16	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE VEICULOS SAUDE GERADOR ODONTOMÓVEL PLACAS MKA 3978.	5.000,0000	5.000,00
17	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS - FUNDO DE SAUDE MASTER JAD TUR PLACA MKL-5773, 2012/2013.	30.000,0000	30.000,00
18	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE VEICULOS SAUDE MASTER JAED TUR PLACAS MKL-5773 2012/2013.	30.000,0000	30.000,00
19	1,000	SERV	CARGA DE GÁS PARA COND DE AR VEICULAR FUNDO DE SAUDE MASTER JAED TUR PLACAS MKL 5773 2012/2013.	2.000,0000	2.000,00
20	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS - FUNDO DE SAUDE LOGAN EXPRESSION PLACAS MLV 6827 2014/2015.	15.000,0000	15.000,00
21	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE VEICULOS SAUDE LOGAN EXPRESSION N 16M PLACAS MLV 6827 2014/2015.	15.000,0000	15.000,00
22	1,000	SERV	CARGA DE GÁS PARA COND DE AR VEICULAR FUNDO DE SAUDE LOGAN EXPRESSION N 16M PLACAS MLV 6827 2014/2015	2.000,0000	2.000,00
23	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS - FUNDO DE SAUDE LOGAN AUTI 1016V PLACAS ASW 2187 2010/2011.	15.000,0000	15.000,00
24	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE VEICULOS SAUDE LOGAN AUT 1016V PLACAS ASW-2189 2010/2011.	15.000,0000	15.000,00
25	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS - FUNDO DE SAUDE SPIN 1.8 L AT LTZ PLACAS QIB 8115 2016.	10.000,0000	10.000,00
26	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE VEICULOS SAUDE SPIN 1.8 L AT LTZ PLACAS QIB8115 2016.	10.000,0000	10.000,00
27	1,000	SERV	CARGA DE GÁS PARA COND DE AR VEICULAR FUNDO DE SAUDE SPIN 1.8 L AT LTZ PLACAS KIB 8115 2016.	2.000,0000	2.000,00
28	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS - FUNDO DE SAUDE DOBLO AMBULANCIA 2P PLACAS QIC 7235 2016.	10.000,0000	10.000,00
29	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE VEICULOS SAUDE DOBLO AMBULANCIA 2P PLACAS QIC7235 2016.	10.000,0000	10.000,00
30	1,000	SERV	CARGA DE GÁS PARA COND DE AR VEICULAR FUNDO DE SAUDE DOBLO AMBULANCIA 2P PLACAS QIC 7235 2016.	2.000,0000	2.000,00
31	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS - SECRETARIA SAUDE, POLO SEDAN 1.6 PLACAS HMJ 9089, ANO 2009	10.000,0000	10.000,00
32	1,000	UNI	PEÇAS MANUTENÇÃO LEVE SECRET SAUDE POLO SEDAN 1.6, PLACAS HMJ 9089 ANO 2009.	10.000,0000	10.000,00
33	1,000	SERV	CARGA DE GAS SECRET SAUDE, POLO SEDAN 1.6 PLACA HMJ-989, ANO 2009.	2.000,0000	2.000,00
34	1,000	SERV	CARGA DE GÁS PARA COND DE AR VEICULAR FUNDO DE SAUDE AMBULANCIA PEUJEOT PARTNER, PLACAS QJF 6793 ANO 2019.	10.000,0000	10.000,00
35	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT LEVE FUNDO DE SAUDE AMBULANCIA PEUJEOT PARTNER, PLACAS QJF 6793 ANO 2019.	10.000,0000	10.000,00
36	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS FUNDO DE SAUDE AMBULANCIA PEUJEOT PARTNER, PLACAS QJF 6793 ANO 2019.	2.000,0000	2.000,00
37	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS FUNDO DE SAUDE VEICULOS A SEREM ADQUIRIDOS	20.000,0000	20.000,00
38	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE VEICULOS SAUDE A SEREM ADQUIRIDOS.	20.000,0000	20.000,00
39	1,000	SERV	CARGA DE GÁS PARA COND DE AR VEICULAR FUNDO DE SAUDE VEICULOS A SEREM ADQUIRIDOS	4.000,0000	4.000,00

Matos Costa, 10 de Maio de 2019.

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

Folha: 3/8

CNPJ: 83.102.566/0001-51
RUA MANOEL LOURENCO DE ARAUJO, 137
C.E.P.: 89420-000 - Matos Costa - SC



SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Total Previsto
40	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO NEOBUS MEGA 17210 PLACAS MCI3347 2002.	30.000,0000	30.000,00
41	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS MANUT. LEVE SECRET. DE EDUCAÇÃO NEOBUS MEGA 17210 PLACAS MCI-3347 2002.	30.000,0000	30.000,00
42	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO MERCEDES 1313 COMIL P LACAS BYC 9323 1989/1990.	15.000,0000	15.000,00
43	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS MANUT. LEVE SECRET. DE EDUCAÇÃO ONIBUS 1313 COMIL PLACAS BYC 9323 1989/1990.	15.000,0000	15.000,00
44	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ONIBUS 15190 EOD EORE, PLACAS QHD 2255 2014.	20.000,0000	20.000,00
45	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS MANUT. LEVE SECRET. DE EDUCAÇÃO ONIBUS 1519 EOD E ORE PLACAS QHD 2255 2014.	20.000,0000	20.000,00
46	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SPIN 1.8 LMT LTZ PLACAS MMM 8303 2014.	10.000,0000	10.000,00
47	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS MANUT. LEVE SECRET. DE EDUCAÇÃO SPIN 1.8 LMT LZT PLACAS MMM 8303 2014.	10.000,0000	10.000,00
48	1,000	SERV	CARGA DE GÁS PARA COND DE AR VEICULAR SECRET. EDUCA SPIN 1.8 LMT LZT PLACAS MMM 8303 2014.	2.000,0000	2.000,00
49	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO MICRO ONIBUS PLACAS MKW 6516 2012.	20.000,0000	20.000,00
50	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS MANUT. LEVE SECRET. DE EDUCAÇÃO MICRO ONIBUS CITI CLAS 70 C17 PLACAS MKW6516 2012.	20.000,0000	20.000,00
51	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ONIBUS EOD ESCOLAR PLACAS MKL 8303 2012.	20.000,0000	20.000,00
52	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS MANUT. LEVE SECRET. DE EDUCAÇÃO ONIBUS EOD HD 15190 PLACAS MKL 8303 2012.	20.000,0000	20.000,00
53	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - VEÍCULOS A SEREM ADQUIRIDOS	20.000,0000	20.000,00
54	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - VEÍCULOS A SEREM ADQUIRIDOS	20.000,0000	20.000,00
55	1,000	SERV	CARGA DE GÁS PARA CONDICIONADOR DE AR SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - VEÍCULOS A SEREM ADQUIRIDOS	4.000,0000	4.000,00
56	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS ASSIST. SOCIAL CLASSIC LS PLACAS MLU-9706 2013/2014.	10.000,0000	10.000,00
57	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUT. LEVE FUNDO DE ASSIST. SOCIAL CLASSIC LS PLACAS MLU 9706 2013/2014.	10.000,0000	10.000,00
58	1,000	SERV	CARGA DE GÁS PARA COND DE AR VEICULAR FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL FIAT SIENA, PLACAS QJG 1764 2018.	2.000,0000	2.000,00
59	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE ASSISTENCIA SOCIAL FIAT SIENA PLACAS QJG 1764 ANO 2018.	10.000,0000	10.000,00
60	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRET ASSISTENCIA SOCIAL FIST SIENA, PLACAS QJG 1764.	10.000,0000	10.000,00
61	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS - ASSISTENCIA - VEÍCULOS A SEREM ADQUIRIDOS	20.000,0000	20.000,00
62	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE ASSISTENCIA - VEÍCULOS A SEREM ADQUIRIDOS	20.000,0000	20.000,00
63	1,000	SERV	CARGA DE GÁS PARA CONDICIONADOR DE AR - ASSISTENCIA - VEÍCULOS A SEREM ADQUIRIDOS.	4.000,0000	4.000,00
64	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SAMU DUCATO MC RONTANA NB, PLACAS MIJ 1684 2010.	25.000,0000	25.000,00
65	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUT LEVE SAMU DUCATO MC RONTANA NB PLACAS MIJ 1684 2010.	25.000,0000	25.000,00
66	1,000	SERV	CARGA DE GÁS PARA CONDICIONADOR DE AR VEICULAR SAMU DUCATO MC RONTANA NB PLACAS MIJ 1684 2010.	2.000,0000	2.000,00

Matos Costa, 10 de Maio de 2019.

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

Folha: 4/8

CNPJ: 83.102.566/0001-51
 RUA MANOEL LOURENCO DE ARAUJO, 137
 C.E.P.: 89420-000 - Matos Costa - SC



SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Total Previsto
67	1,000	SERV	SERVIÇOS MECÂNICOS SAMU AMBULÂNCIA MERCEDES BENS MB415 PLACAS QJE 0623 - ANO 2017/2018.	10.000,0000	10.000,00
68	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE SAMU AMBULÂNCIA MERCEDES BENS 415, PLACAS QJE 0623 - ANO 2017/2018.	10.000,0000	10.000,00
69	1,000	SERV	CARGA DE GÁS PARA CONDICIONADOR DE AR AMBULANCIA MERCEDES BENS MB415, PLACAS QJE 0623 - ANO 2017/2018.	2.000,0000	2.000,00
70	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS POLICIA MILITAR PALIO WK TREKK PLACAS MLL2887 2013/2014	15.000,0000	15.000,00
71	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE POLICIA MILITAR PALIO WK TREK PLACAS MLL 2887 2013/2014.	15.000,0000	15.000,00
72	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS POLICIA CIVIL VEÍCULO FIAT PÁLIO WEEK TREKK 1.6, PLACAS MLJ 5787, ANO 2013/2017.	10.000,0000	10.000,00
73	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE POLICIA CIVIL VEÍCULO PALIO WEEK TREKK, PLACAS MJL 5787, ANO 2013/2014.	10.000,0000	10.000,00
74	1,000	SERV	CARGA DE GÁS PARA CONDICIONADOR DE AR VEÍCULAR POLÍCIA CIVIL VEÍCULO FIAT PALIO WEEK TREKK PLACASMLJ 5787, ANO2013/2014.	2.000,0000	2.000,00
75	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS CORPO DE BOMBEIROS LOGAN EXP 1.6 PLACAS MHI 3645 2009/2010.	10.000,0000	10.000,00
76	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE CORPO DE BOMBEIROS LOGAN EXP 1.6 PLACAS MHI 3645 2009/2010.	10.000,0000	10.000,00
77	1,000	SERV	CARGA DE GÁS PARA CONDICIONADOR DE AR VEICULAR BOMBEIROS LOGAN EXP 1.6 PLACAS MHI 3645 2009/2010.	2.000,0000	2.000,00
78	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS CORPO DE BOMBEIRO CAMIONETE MMC L200 4X4 PLACAS MGX 6714 2009.	10.000,0000	10.000,00
79	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE BOMBEIROS CAMIONETE MMC L200 4X4 PLACAS MGX-6714 2009.	10.000,0000	10.000,00
80	1,000	SERV	CARGA DE GÁS PARA CONDICIONADOR DE AR VEICULAR BOMBEIROS CAMIONETE MMC L200 4X4 PLACAS MGX 6714 2009.	2.000,0000	2.000,00
81	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS CORPO DE BOMBEIRO MASTER 11 M3 PLACAS MKP 2291 2012/2013.	10.000,0000	10.000,00
82	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE BOMBEIROS MASTER 11 M3 PLACAS MKP 2291 2012/2013.	10.000,0000	10.000,00
83	1,000	SERV	CARGA DE GÁS PARA CONDICIONADOR DE AR VEICULAR BOMBEIROS MASTER 11 M3 PLACAS MKP 2291 2012/2013.	2.000,0000	2.000,00
84	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS CORPO DE BOMBEIRO CAMINHÃO MERCEDES BENZ 1519 PLACAS LZV 6918 1982.	10.000,0000	10.000,00
85	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE BOMBEIROS CAMINHÃO MERCEDES BENZ 1519 PLACAS LZV 6918 1982.	10.000,0000	10.000,00
86	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRETARIA DA AGRICULTURA TRATOR 80004WD 2013	16.000,0000	16.000,00
87	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUT. LEVE SECRET. DE AGRICULTURA TRATOR 8000 4WD 2013.	16.000,0000	16.000,00
88	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRETARIA DA AGRICULTURA TRATOR MONTANA SOLIS 75A 2012	20.000,0000	20.000,00
89	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE SECRET. DE AGRICULTURA TRATOR MONTANA SOLIS 75A 2012	20.000,0000	20.000,00
90	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRETARIA DA AGRICULTURA TRATOR MASSEY FERGUNSON 4275 2010	30.000,0000	30.000,00
91	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE SECRET. DE AGRICULTURA TRATOR MASSEY FERGUNSON 4275 2010	30.000,0000	30.000,00
92	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRET DE AGRICULTURA TRATOR AGRÍCOLA NEW ROLAND ANO 2018.	30.000,0000	30.000,00
93	1,000	UNI	PEÇAS PARA MANUT LEVE SEC AGRICULTURA TRATOR AGRÍCOLA NEW ROLAND ANO 2018.	30.000,0000	30.000,00

Matos Costa, 10 de Maio de 2019.

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

Folha: 5/8


CNPJ: 83.102.566/0001-51
RUA MANOEL LOURENCO DE ARAUJO, 137
C.E.P.: 89420-000 - Matos Costa - SC



SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Total Previsto
94	2,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRETARIA DA AGRICULTURA GRADE ARADORA GA CR14 2012	12 000,0000	24 000,00
95	2,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE SECRET. DE AGRICULTURA GRADE ARADORA GA CR14 2012.	12 000,0000	24 000,00
96	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRETARIA DA AGRICULTURA GRADE ARADORA GA CR14 2014	6 000,0000	6 000,00
97	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE SECRET. DE AGRICULTURA GRADE ARADORA GA CR14 2014.	6 000,0000	6 000,00
98	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRETARIA DA AGRICULTURA GRADE ARRASTÃO TATU GAM 16 2012	3 000,0000	3 000,00
99	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE SECRET. DE AGRICULTURA GRADE ARRASTÃO TATU GAN 16 2012.	3 000,0000	3 000,00
100	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRET. AGRICULTURA GRADE ARRASTAO GNS28 1989.	3 000,0000	3 000,00
101	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE SECRET. DE AGRICULTURA GRADE ARASTÃO GNS 28 1989.	3 000,0000	3 000,00
102	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRET. AGRICULTURA GRADE NIVELADORA 2000	6 000,0000	6 000,00
103	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE SECRET. DE AGRICULTURA GRADE NIVELADORA 2000.	6 000,0000	6 000,00
104	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRET. AGRICULTURA CARRETA 2 EIXOS 6TON 2012.	3 000,0000	3 000,00
105	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE SECRET. DE AGRICULTURA CARRETA 2 EIXOS 6 TON 2012.	3 000,0000	3 000,00
106	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRET. AGRICULTURA CARRETA 2 EIX ACC 6TON 2014.	3 000,0000	3 000,00
107	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE SECRET. DE AGRICULTURA CARRETA 2 EIXOS 6 TONELADAS 2014.	3 000,0000	3 000,00
108	2,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRET. AGRICULTURA DISTRIBUIDOR DE ESTERCO FERTILANCE 5000 LTS 2012.	8 000,0000	16 000,00
109	2,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE SECRET. DE AGRICULTURA DISTRIB ESTERCO FERTILANCE 5000 LTS 2012.	8 000,0000	16 000,00
110	1,000	SERV	SERVIÇOS PARA MANUT LEVE SECRET DE AGRICULTURA DISTRIBUIDOR 6.000 LITROS 2019.	4 000,0000	4 000,00
111	1,000	UNI	PEÇAS PARA MANUT LEVE SEC AGRICULTURA DISTRIBUIDOR 6.000 LITROS ANO 2019.	4 000,0000	4 000,00
2	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRET. AGRICULTURA PLANTADEIRA 2500A 05 LINHAS 2014.	6 000,0000	6 000,00
113	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE SECRET. DE AGRICULTURA PLANTADEIRA 2500 A 05 LINHAS 2014.	6 000,0000	6 000,00
114	1,000	SERV	SERVIÇOS PARA MANUT LEVE SEC AGRICULTURA PLANTADEIRA GIAL ANO 2018.	6 000,0000	6 000,00
115	1,000	UNI	PEÇAS PARA MANUT LEVE SEC AGRICULTURA PLANTADEIRA GIAL 2018.	6 000,0000	6 000,00
116	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRET. AGRICULTURA ENCILADEIRA 300 MN NETS 2014.	3 000,0000	3 000,00
117	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE SECRET. DE AGRICULTURA ENCILADEIRA 300 MM NETS 2014.	3 000,0000	3 000,00
118	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRET. AGRICULTURA ENCILADEIRA 4100 SH 2010.	3 000,0000	3 000,00
119	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE SECRET. DE AGRICULTURA ENCIL 4100 SH 2010.	3 000,0000	3 000,00
120	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRET. AGRICULTURA BATEDOR Nº 1 2013	3 000,0000	3 000,00
121	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE SECRET. DE AGRICULTURA BATEDOR 1 2013.	3 000,0000	3 000,00

Matos Costa, 10 de Maio de 2019.


Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

Folha 6/8


CNPJ: 83.102.566/0001-51
 RUA MANOEL LOURENCO DE ARAUJO, 137
 C.E.P.: 89420-000 - Matos Costa - SC



SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Total Previsto
122	1,000	SERV	SERVIÇOS PARA MANUT LEVE SEC AGRICULTURA BATEDOR DE CEREAIS ANO 2019.	3.000,0000	3.000,00
123	1,000	UNI	PEÇAS PARA MANUT LEVE SEC AGRICULTURA BATEDOR DE CEREAIS ANO 2019.	3.000,0000	3.000,00
124	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRET. AGRICULTURA ARADO 3 DISCOS 2012	2.000,0000	2.000,00
125	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE SECRET. DE AGRICULTURA ARADO 32 DISCOS 2012.	2.000,0000	2.000,00
126	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRET. AGRICULTURA CONCHA DE CARREGAR CALCÁRIO BASCULANTE 2012	2.000,0000	2.000,00
127	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT LEVE SECRET. DE AGRICULTURA CONCHA DE CARREGAR CALCÁRIO BASCULANTE 2012.	2.000,0000	2.000,00
128	1,000	SERV	SERVIÇOS MANUT LEVE SECRETARIA DE AGRICULTURA CALCAREADEIRA A ANO 2012.	3.000,0000	3.000,00
129	1,000	UNI	PEÇAS PARA MANUT LEVE SEC AGRICULTURA CALCAREADEIRA A ANO 2012.	2.000,0000	2.000,00
130	1,000	SERV	SERVIÇOS PARA MANUT LEVE SEC AGRICULTURA CALCAREADEIRA B ANO 2014.	3.000,0000	3.000,00
131	1,000	UNI	PEÇAS PARA MANUT LEVE SEC AGRICULTURA CALCAREADEIRA B ANO 2014	2.000,0000	2.000,00
132	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRETARIA DE AGRICULTURA VEÍCULO SANDERO AUT 116V PLACAS ASW 3233, ANO 2010.	15.000,0000	15.000,00
133	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE SECRETARIA DE AGRICULTURA VEÍCULO SANDERO AUT 116V PLACAS ASW 3233, ANO 2010.	15.000,0000	15.000,00
134	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRET. AGRICULTURA VEÍCULOS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS	15.000,0000	15.000,00
135	1,000	UNI	PEÇAS AUTOM P MANUT LEVE SECRET. DE AGRICULT. VEIC LOGAN EXP 116V, PLACAS AQS 5813, ANO 2008.	15.000,0000	15.000,00
136	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRET. AGRICULTURA VEÍCULOS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS	10.000,0000	10.000,00
137	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE SECRET. DE AGRICULTURA A SEREM ADQUIRIDOS VEICULOS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.	10.000,0000	10.000,00
138	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRET DE OBRAS VIAÇÃO E URB. CAMINHÃO LK PIPA 1113 PLACAS MAE 0951 1976.	13.000,0000	13.000,00
139	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE OBRAS VIAÇÃO E URB CAMINHÃO LK PIPA 1113 PLACAS MAE 0951 1976.	13.000,0000	13.000,00
140	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRET DE OBRAS VIAÇÃO E URB. CAMINHÃO 13180 PLACAS MAZ 2164 2000.	30.000,0000	30.000,00
141	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE OBRAS VIAÇÃO E URB CAMINHÃO 13180 PLACAS MAZ 2164.	30.000,0000	30.000,00
142	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRET DE OBRAS VIAÇÃO E URB. CAMINHÃO ATRON 2729 K 6X4 PLACAS MMM 8574 2014.	20.000,0000	20.000,00
143	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE OBRAS VIAÇÃO E URB CAMINHÃO ATRON 2729 K 6X4 PLACAS MMM 8574 2014.	20.000,0000	20.000,00
144	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRET DE OBRAS VIAÇÃO E URB. CAMINHÃO CAÇAMBA PLACAS QIB 9171 2016.	20.000,0000	20.000,00
145	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE OBRAS VIAÇÃO E URB CAMINHÃO CAÇAMBA QIB 9171 2016.	20.000,0000	20.000,00
146	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRET DE OBRAS VIAÇÃO E URB. MOTONIVELADORA 120 K 2013.	35.000,0000	35.000,00
147	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE OBRAS VIAÇÃO E URB MOTONIVELADORA 120 K 2013.	35.000,0000	35.000,00
148	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRET DE OBRAS VIAÇÃO E URB. RETROESCAVADEIRA 416E 2013.	20.000,0000	20.000,00
149	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE OBRAS VIAÇÃO E URB RETROESCAVADEIRA 416 E 2013.	20.000,0000	20.000,00

Matos Costa, 10 de Maio de 2019.


 Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

Folha: 7/8

CNPJ: 83.102.566/0001-51
RUA MANOEL LOURENCO DE ARAUJO, 137
C.E.P.: 89420-000 - Matos Costa - SC



SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Total Previsto
150	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRET DE OBRAS VIAÇÃO E URB. RETRO RANDON RD406 2013.	20.000,0000	20.000,00
151	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE OBRAS VIAÇÃO E URB RETRO ESCAVADEIRA RD4 06 2013.	20.000,0000	20.000,00
152	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRET DE OBR VIAÇ E URB. CAMINHÃO FORD CARGO 815E PLACAS DXQ 9783 2010/2011.	10.000,0000	10.000,00
153	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE OBRAS VIAÇÃO E URB CAMINHÃO FORD CARGO 815 E PLACAS DXQ 9783 2010/2011.	10.000,0000	10.000,00
154	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRET DE OBR VIAÇ E URB. ROLO COMPACTADOR SPV68.	5.000,0000	5.000,00
155	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE OBRAS VIAÇÃO E URB ROLO COMPACTADOR SPV 68.	5.000,0000	5.000,00
156	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRETAR. VIAÇÃO OBRAS E URBANI. MOTOCICLETA HONDA CG 125, PLACAS MDV 0392, ANO 2003.	3.000,0000	3.000,00
157	1,000	UNI	PEÇAS P MANUTENÇÃO SECRET DE VIAÇÃO OBRAS MOTOCICLETA HONDA CG 125, PLACAS MDV 0392, ANO 2003.	3.000,0000	3.000,00
158	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRETARIA DE VIAÇÃO OBRAS VEICULO KOMBI VOLKS, PLACAS MIX 2552, ANO 2011.	10.000,0000	10.000,00
159	1,000	UNI	PEÇAS PARA MANUT. VEIC LEVES SECRET. VIAÇÃO OBRAS KOMBI VOLKS, PLACA MIX2422, ANO 2011.	10.000,0000	10.000,00
160	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRET. AGRICULTURA ESCAVADEIRA HIDRAULICA 130 2017.	20.000,0000	20.000,00
161	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE OBRAS VIAÇÃO ESCAVADEIRA HIDRAULICA KOMATSU 2017.	20.000,0000	20.000,00
162	1,000	SERV	CARGA DE GÁS PARA COND DE AR VEICULAR OBRAS VIAÇÃO ESCAVADEIRA HIDRAULICA KOMATSU 2017.	2.000,0000	2.000,00
163	1,000	SERV	SERVIÇOS MECÂNICOS SECRETARIA DE VIAÇÃO OBRAS CAMINHÃO FORD CARGO 2431 PLACAS QIY 2143, ANO 2018/2019.	20.000,0000	20.000,00
164	1,000	UNI	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE SECRETARIA DE VIAÇÃO OBRAS CAMINHÃO FORD CARGO 2431 PLACAS QIY 2143, ANO 2018/2019.	20.000,0000	20.000,00
165	1,000	SERV	CARGA DE GÁS PARA COND DE AR VEICULAR OBRAS VIAÇÃO CAMINHÃO COMPACTADOR FORD2019.	20.000,0000	20.000,00
166	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE OBRAS VIAÇÃO E URB CAMINHÃO COMPACTADOR FORD 2019.	20.000,0000	20.000,00
167	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRET DE OBRAS VIAÇÃO E URB. CAMINHÃO COMPACTADOR FORD 2019.	2.000,0000	2.000,00
168	1,000	SERV	SERVIÇOS MECÂNICOS SECRETARIA DE VIAÇÃO OBRAS CAMINHÃO FURGÃO HR HDB PLACAS MME1656, ANO 2018/2019.	15.000,0000	15.000,00
169	1,000	UNI	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO LEVE SECRETARIA DE OBRAS CAMINHÃO FURGÃO HR HDB PLACAS MME1656, ANO 2018/2019.	15.000,0000	15.000,00
170	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRET DE OBRAS VIAÇÃO E URB. MOTONIVELADORA NEW ROLAND 2018.	20.000,0000	20.000,00
171	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE OBRAS VIAÇÃO MOTONIVELADORA NEW ROLAND 2018.	20.000,0000	20.000,00
172	1,000	SERV	CARGA DE GÁS PARA COND DE AR VEICULAR OBRAS VIAÇÃO MOTONIVELADORA NEW ROLAND 2018.	2.000,0000	2.000,00
173	1,000	SERV	SERVIÇOS MECÂNICOS SECRETARIA VIAÇÃO E OBRAS CARRETA REBOK SÃO MIGUEL PLACAS QHP 1336, ANO 2015.	2.000,0000	2.000,00
174	1,000	UNI	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO LEVE SECRET VIAÇÃO CARRETA REBOK SÃO MIGUEL PLACAS QHP 1336, ANO 2015.	2.000,0000	2.000,00
175	2,000	SERV	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ROÇADEIRA MANUAL	10.000,0000	20.000,00
176	2,000	UNI	PEÇAS PARA CONserto DE ROÇADEIRA MANUAL	10.000,0000	20.000,00
177	1,000	SERV	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE BETONEIRA	5.000,0000	5.000,00

Matos Costa, 10 de Maio de 2019.

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

Folha: 8/8

CNPJ: 83.102.566/0001-51
RUA MANOEL LOURENCO DE ARAUJO, 137
C.E.P.: 89420-000 - Matos Costa - SC



SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Total Previsto
178	1,000	UNI	PEÇAS PARA CONserto DE BETONEIRA	5.000,0000	5.000,00
179	1,000	SERV	SERVIÇOS MECANICOS SECRETARIA DE OBRAS VIAÇÃO E URBANISMO VEICULOS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS.	30.000,0000	30.000,00
180	1,000	UNI	PEÇAS AUT PARA MANUT. LEVE OBRAS VIAÇÃO E URB A SEREM ADQUIRIDOS VEICULOS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.	30.000,0000	30.000,00
Total Geral ----->				2.046.000,0000	2.106.000,00

Matos Costa, 10 de Maio de 2019.

Assinatura do Responsável



LOTE 1 – GABINETE DO PREFEITO

DESCRIÇÃO VEICULO					VALOR ESTIMADO PARA OS ITENS:		
QUANT.	MARCA	MODELO	PLACA	ANO	SERVIÇOS	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO	GAS AR CONDICIONADO
1	Honda Flex	Cívic LXL 5P	EPN1647	2010	14.000,00	14.000,00	2.000,00
1	Fiat Flex	Pálio Weekend Attrac 1.4	MLX3098	2013/2014	12.000,00	12.000,00	2.000,00
*Veículos a serem adquiridos					10.000,00	10.000,00	2.000,00

LOTE 2 – SECRETARIA DE SAÚDE

DESCRIÇÃO VEICULO					VALOR ESTIMADO PARA OS ITENS:		
QUANT.	MARCA	MODELO	PLACA	ANO	SERVIÇOS	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO	GAS AR CONDICIONADO
1	Iveco Diesel Odonto	Furgão Daily 45S14 Granfur	MJI 5727	2010/2011	10.000,00	10.000,00	2.000,00
1		Reboque Odonto			5.000,00	5.000,00	0,00
1		Gerador Odonto	MKA3978		5.000,00	5.000,00	0,00
1	Renault Diesel	Vam Master Jaedi Tur	MKL 5773	2012/2013	30.000,00	30.000,00	2.000,00
1	Renault Flex	Logan Expression 16M	MLV6827	2014/2015	15.000,00	15.000,00	2.000,00
1	Renault Flex	Logan Aut 1016V	ASW2189	2010/2011	15.000,00	15.000,00	0,00
1	Chevrolet Flex	Spin 1.8L AT LTZ	QIB8115	2016	10.000,00	10.000,00	2.000,00
1	Fiat	Doblo Ambulância 2P	QIC7235	2016	10.000,00	10.000,00	2.000,00
1	Volkswagen	Polo Sedan 1.6	HMJ9089	2009	10.000,00	10.000,00	2.000,00
1	Peugeot	Partner - Ambulância	QJF6793	2019	10.000,00	10.000,00	2.000,00
1	Fiat	Ducato MC Ambulância	MIJ1684	2010	25.000,00	25.000,00	2.000,00
* Veículos a serem adquiridos					20.000,00	20.000,00	4.000,00



LOTE 3 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DESCRIÇÃO VEICULO					VALOR ESTIMADO PARA OS ITENS:		
QUANT.	MARCA	MODEL O	PLACA	ANO	SERVIÇOS	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO	GAS AR CONDICIONADO
1	Volkswagen Diesel	Neobus Mega 17210	MCI3347	2002	30.000,00	30.000,00	0,00
1	Mercedes	1313 Comil	BYC9323	89/90	15.000,00	15.000,00	0,00
1	Volkswagen	Ônibus 15.190 EOD E ORE	QHD2255	2014	20.000,00	20.000,00	0,00
1	Chevrolet Flex	Spin1.8 L MT LZT	MMM8303	2014	10.000,00	10.000,00	2.000,00
1	Iveco Micro Ônibus	Cityclas 70C17	MKW6516	2012	20.000,00	20.000,00	0,00
1	Volkswagen DIESEL	EOD Escolar HD 15.190	MKL8303	2012	20.000,00	20.000,00	0,00
* Veiculos a serem adquiridos					20.000,00	20.000,00	4.000,00



LOTE 4 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

DESCRIÇÃO VEICULO					VALOR ESTIMADO PARA OS ITENS:		
QUANT	MARCA	MODELO	PLACA	ANO	SERVIÇOS	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO	GAS AR CONDICIONADO
1	Chevrolet FLEX	Classic LS	MLU9706	2013/2014	10.000,00	10.000,00	0,00
1	Fiat	Siena 1.0	QJG1767	2018/2019	10.000,00	10.000,00	2.000,00
* Veículos a serem adquiridos					20.000,00	20.000,00	4.000,00

LOTE 5 - SAMU

DESCRIÇÃO VEICULO					VALOR ESTIMADO PARA OS ITENS:		
QUANT.	MARCA	MODELO	PLACA	ANO	SERVIÇOS	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO	GAS AR CONDICIONADO
1	Mercedes	MB 415 Ambulância	QJE0623	2017/2018	10.000,00	10.000,00	2.000,00

LOTE 6 - POLICIA MILITAR

DESCRIÇÃO VEICULO					VALOR ESTIMADO PARA OS ITENS:		
QUANT.	MARCA	MODELO	PLACA	ANO	SERVIÇOS	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO	GAS AR CONDICIONADO
1	Fiat	Palio Week Trekk	MLL2887	2013/2014	15.000,00	15.000,00	0,00

LOTE 7 - POLICIA CIVIL

DESCRIÇÃO VEICULO					VALOR ESTIMADO PARA OS ITENS:		
QUANT.	MARCA	MODELO	PLACA	ANO	SERVIÇOS	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO	GAS AR CONDICIONADO
1	Fiat	Palio Week Trekk 1.6	MLJ5787	2013/2014	10.000,00	10.000,00	2.000,00

LOTE 8 - CORPO DE BOMBEIROS

DESCRIÇÃO VEICULO					VALOR ESTIMADO PARA OS ITENS:		
QUANT.	MARCA	MODELO	PLACA	ANO	SERVIÇOS	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO	GAS AR CONDICIONADO
1	Renault	Logan EXP 1.6	MHI3645	2009/2010	10.000,00	10.000,00	2.000,00
1	GL	Camionete MMC L200 4X4	MGX6714	2009/2009	10.000,00	10.000,00	2.000,00



1	Renault	Master 11 M3	MKP2291	2012/2013	10.000,00	10.000,00	2.000,00
1	Mercedes	Caminhão Mercedes Bens 1519	LZV6918	1982	10.000,00	10.000,00	0,00

LOTE 09 – SECRETARIA DA AGRICULTURA

DESCRIÇÃO VEICULO					VALOR ESTIMADO PARA OS ITENS:		
QUANT.	MARCA	MODELO	PLACA	ANO	SERVIÇOS	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO	GAS AR CONDICIONADO
1	Maindra	Trator 8000 4WD		2013	16.000,00	16.000,00	0,00
1	Montana	Trator Montana Soliss 75A		2012	20.000,00	20.000,00	0,00
1	Massey Fergusson	Trator Massey fergusson 4275		2010	30.000,00	30.000,00	0,00
1	New Roland	New Roland		2018	30.000,00	30.000,00	0,00
1	Piccin	Grade aradoraGACR 14		2012	6.000,00	6.000,00	0,00
1	Piccin	Grade aradoraGACR 14		2012	6.000,00	6.000,00	0,00
1	Piccin	Grade aradoraGACR 14		2014	6.000,00	6.000,00	0,00
1	Tatu	Grade arrastão tatu GAM16		2012	3.000,00	3.000,00	0,00
1	Semeato	Grade arrastão GNS28		1989	3.000,00	3.000,00	0,00
1	Piccin	Grade Niveladora 32D		2000	6.000,00	6.000,00	0,00
1	Tadeu	Carreta dois eixos 6 toneladas		2012	3.000,00	3.000,00	0,00
1	ACC	Carreta dois eixos 6 toneladas		2014	3.000,00	3.000,00	0,00



1	Triton	Distribuidor de esterco fertilance 5.000 litros		2012	4.000,00	4.000,00	0,00
1	Triton	Distribuidor de esterco fertilance 5.000 litros		2012	4.000,00	4.000,00	0,00
1	Mepel	Distribuidor de esterco Mepel 6.000		2019	4.000,00	4.000,00	0,00
1	Gial	Plantadeira 2.500 A 05 linhas		2014	6.000,00	6.000,00	0,00
1	Gial	Plantadeira 5 linhas		2019	6.000,00	6.000,00	0,00
1	Brava	Enciladeira 300MN NETZ		2014	3.000,00	3.000,00	0,00
1	Jumil	Enciladeira 4.100 SH		2010	3.000,00	3.000,00	0,00
1	Triton	Batedor nº1		2013	3.000,00	3.000,00	0,00
1	Vencedora B 380	Batedor		2019	3.000,00	3.000,00	0,00
1	Tatu	Arado 3 discos		2012	2.000,00	2.000,00	0,00
1	Farenzona	Concha de carregar calcário basculante		2012	2.000,00	2.000,00	0,00
1	Jan	Calcareadeira		2012	3.000,00	2.000,00	0,00
1		Calcarediera		2014	3.000,00	2.000,00	0,00
1	Renault FLEX	Sandero AUT1016v	ASW323 3	2010	15.000,00	15.000,00	0,00
1	Renault FLEX	Logan EXP1016v	AQS5813	2008	15.000,00	15.000,00	0,00
* Veículos, Máquinas e Equipamentos a serem adquiridos					10.000,00	10.000,00	0,00



LOTE 10 – SECRETARIA DE VIAÇÃO OBRAS E URBANISMO

DESCRIÇÃO VEICULO					VALOR ESTIMADO PARA OS ITENS:		
QUANT.	MARCA	MODELO	PLACA	ANO	SERVIÇOS	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO	GÁS-AR CONDICIONADO
1	Mercedes Bens	Caminhão LK Pipa 1113	MAE0951	1976	13.000,00	13.000,00	0,00
1	Mercedes Bens	Caminhão Prancha 13180	MAZ2164	2000	30.000,00	30.000,00	0,00
1	Mercedes Bens	Caminhão Atron 2729 K 6X4	MMM8574	2014	20.000,00	20.000,00	2.000,00
1	Iveco	Caminhão Caçamba Tector 260 E28	QIB9171	2016	20.000,00	20.000,00	2.000,00
1	Caterpillar	Motoniveladora 120K		2013	35.000,00	35.000,00	2.000,00
1	Caterpillar	Retroesca vadeira 416E		2013	20.000,00	20.000,00	0,00
1	Randon	Retroesca vadeira RD406		2013	20.000,00	20.000,00	2.000,00
1	Ford	Caminhão Ford Cargo 815E	DXQ9783	2010/2011	10.000,00	10.000,00	0,00
1		Rolo Compact SPV68			5.000,00	5.000,00	0,00
1	Honda	Motocicleta CG 125	MDV0392	2003	3.000,00	3.000,00	0,00
1	Volkswagen	Kombi	MIX 2552	2011	10.000,00	10.000,00	0,00
1	Komatsu	Escavadeira hidráulica 130		2017	20.000,00	20.000,00	2.000,00
1	Ford	Caminhão Ford Cargo 2431	QIY2143	2018/2019	20.000,00	20.000,00	2.000,00



1	Ford	Caminhão Ford Cargo 1723 - Compactad or	QJH4284	2018/ 2019	20.000,00	20.000,00	2.000,00
1	Hyundai	Caminhão FurgãoHR HDB	MME1656	2018/ 2019	15.000,00	15.000,00	0,00
1	New Roland	Motonivelad ora		2018	20.000,00	20.000,00	2.000,00
1	São Miguel	Carreta Rebok	QHP1336	2015	2.000,00	2.000,00	0,00
2		Roçadeira			5.000,00	5.000,00	0,00
1		Motosserra			5.000,00	5.000,00	0,00
1		Betoneira			5.000,00	5.000,00	0,00
*Veículos equipamento e máquinas a serem adquiridos					30.000,00	30.000,00	6.000,00


 Cleuza M^ª Redolfi Tomacheuski
 Secretária Administração

CNPJ: 83.102.566/0001-51
RUA MANOEL LOURENCO DE ARAUJO, 137
C.E.P.: 89420-000 - Matos Costa - SC



AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO


O(a) Prefeito Municipal, RAUL RIBAS NETO, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e suas alterações legais, resolve:

01 - Autorizar a abertura do presente processo administrativo de licitação, assim identificado:

A - Processo Nr.:	26/2019	
B - Modalidade:	PREGÃO PRESENCIAL	
C - Forma de Julgamento:	MAIOR DESCONTO POR ITEM	Registro de Preço
D - Forma Pgto./ Reajuste:	CONFORME CONTRATO / SEM	
E - Prazo Entrega/Exec.:		
F - Local de Entrega:	SEDE DA PROPONENTE	
G - Urgência:		
H - Vigência:	12 MESES	
I - Objeto da Licitação:	Registro de preços para Contratação futura e eventual de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o necessário fornecimento de peças e acessórios, para atender aos veículos da frota oficial do Município de Matos Costa, e ainda, para todos aqueles que forem adquiridos, cedidos e emprestados durante a vigência do contrato, em que se inclui: mecânica geral, inclusive o sistema elétrico/eletrônico e hidráulico, retífica, funilaria, pintura em geral, conserto do sistema de refrigeração, ar-	
J - Observações:		
K - Convidados:		

02 - Indicação de Recursos - Dotação Orçamentária:

Matos Costa, 10 de Maio de 2019.


RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA
MATOS COSTA - SANTA CATARINA



DECRETO Nº 015/2018, de 23 de fevereiro de 2018.

"Dispõe sobre alteração da Comissão Permanente de Licitação, designa Pregoeiros e Equipe de Apoio" .

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica assim constituída a Comissão permanente de Licitações - CPL do Município de Matos Costa, a qual será composta pelos seguintes membros:

I - Camila Carneiro - investida no cargo de provimento em carreira de Digitadora de processamento de dados;

II- - Dalton Fagundes - investido no cargo de provimento em comissão - Secretário Municipal de Desporto, Cultura e Turismo;

III - Dari de Castro, investido no cargo de provimento em carreira de Professor Coordenador do CRAS.

Art. 2º. A Comissão será presidida pelo Sr Dalton Fagundes, Secretariada pela Srª Camila Carneiro e terá como membro a Sr. Dari de Castro.

Art. 3º - Ficam designadas as servidoras Oderlaine Novenia Schwuartz Moraes, Eliane Aparecida Castilho e Elaine Cristina Castilho para atuarem como pregoeiro em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da administração direta e indireta do município de matos costa.

Rua Manoel Lourenço de Araújo, nº 137 - Centro - CEP: 89.420-000

CNPJ: 83.102.566/0001-51 - Fone Fax: (49) 3572-1111 - 3572-1121

e-mail: prefeitura@matoscosta.sc.gov.br



MATOS COSTA-SC CIDADE DO MEL ECOLÓGICO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA
MATOS COSTA - SANTA CATARINA



Art. 4º. As atribuições e competências da Comissão Permanente de Licitação, do Pregoeiro são aquelas definidas na legislação Federal e Municipal


Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário contidas no Decreto 084/2017 e 009/2018..

Registre-se, Publique-se.

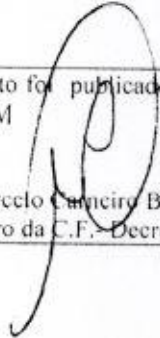
Paço do Contestado, 23 de fevereiro de 2018.


RAUL RIBAS NETO
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM


Dirceu Joarim de Freitas
Assistente Administrativo I

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM


Marcelo Carneiro Bleixuehl
Membro da C.F. Decreto n.º 01/09

Rua Manoel Lourenço de Araújo, n.º 137 - Centro - CEP: 89.420-000
CNPJ: 83.102.566/0001-51 - Fone/Fax: (49) 3572-1111 - 3572-1121
e-mail: prefeitura@matoscosta.sc.gov.br



MATOS COSTA-SC CIDADE DO MEL ECOLÓGICO



EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019
TIPO: MENOR PREÇO



Objeto: A presente licitação visa o registro de preços para Contratação futura e eventual de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o necessário fornecimento de peças e acessórios, para atender aos veículos equipamentos e máquinas da frota oficial do Município de Matos Costa, e ainda, para todos aqueles que forem adquiridos, cedidos e emprestados durante a vigência do contrato, em que se inclui: mecânica geral, inclusive o sistema elétrico/eletrônico e hidráulico, retífica, funilaria, pintura em geral, conserto do sistema de refrigeração, ar-condicionado, serviços de tapeçaria, estofamento, balanceamento, alinhamento e geometria, alinhamento de direção, instalação de acessórios, conforme especificações contidas neste edital, pelo período estimado de 12 meses.

RECIBO

A Empresa _____ retirou este edital de licitação e deseja ser informada de qualquer alteração pelo e-mail: _____ ou pelo fax _____, e /ou endereço _____, CEP: _____ aos _____/_____/_____

Assinatura

Obs: este documento deverá ser preenchido e enviado através do e-mail: licita@matoscosta.sc.gov.br aos cuidados do Pregoeiro ou Equipe de Apoio, que não se responsabilizarão pelo não envio de informações posteriores (adendos/suspensão/ esclarecimentos) referentes ao Edital, se a empresa não transmitir as informações acima descritas.



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019
REGISTRO DE PREÇOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
TIPO: MENOR PREÇO

1. PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE MATOS COSTA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.566/0001-51, com sede à Rua Manoel Lourenço de Araújo, 137, Centro, mediante a Pregoeira oficial, nomeada pelo Decreto Municipal nº 15/2018, torna público a instauração de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, através do Sistema de Registro de Preços, do tipo **MENOR PREÇO**, objetivando aquisição futura e eventual de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o necessário fornecimento de peças e acessórios, para atender aos veículos equipamentos e máquinas da frota oficial do Município de Matos Costa, e ainda, para todos aqueles que forem adquiridos, cedidos e emprestados durante a vigência do contrato, em que se inclui: mecânica geral, inclusive o sistema elétrico/eletrônico e hidráulico, retífica, funilaria, pintura em geral, conserto do sistema de refrigeração, ar-condicionado, serviços de tapeçaria, estofamento, balanceamento, alinhamento e geometria, alinhamento de direção, instalação de acessórios, conforme especificações contidas neste edital, pelo período estimado de 12 meses, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos, de conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/2002 Lei Complementar nº. 123/2006, aplicando-se no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e demais legislação pertinente à matéria e pelas disposições a seguir:

1.1 A sessão pública de processamento do Pregão acontecerá no dia 29 de maio de 2019, às 14h30min (quatorze horas e trinta minutos), na sala de licitações no Paço municipal, sito a Rua Manoel Lourenço de Araújo, 137, Centro, Matos Costa-SC, e será conduzida pelo Pregoeiro Oficial, com auxílio da equipe de apoio, conforme Decreto nº 15/2018, acima citado. Declarada aberta a Sessão pelo Pregoeiro não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início a abertura dos envelopes.

1.2 Se no dia acima agendado para abertura da sessão não houver expediente no órgão, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este Pregão serão realizados no primeiro dia útil de funcionamento da Prefeitura Municipal que se seguir.

1.3 Havendo a necessidade da sessão pública se prorrogar, a mesma se fará nos dias subseqüentes à data de abertura, sempre obedecendo aos horários de funcionamento de expediente do Paço Municipal.

1.4 Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no Setor de Licitações do Município de Matos Costa-SC, na Rua Manoel Lourenço de Araújo, 137, Centro, Matos Costa, SC, até às 14:00 horas do dia 29 de maio de 2019.

1.4.1 Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

1.5 OBTENÇÃO DO EDITAL E ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS:

O Edital poderá ser consultado e adquirido gratuitamente, na internet, através do site <http://www.matoscosta.sc.gov.br>, ou diretamente no Departamento de Licitações em horário de expediente,



no Paço municipal, localizada na Rua Manoel Lourenço de Araújo, 137, Centro, Matos Costa-SC, mediante pagamento de taxa de R\$ 20,00 (vinte reais).

1.5.1 A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito de condições deste Edital e de outros assuntos relacionados à presente licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste Instrumento Convocatório para a reunião de recebimento e abertura dos envelopes proposta e documentação, por escrito, e encaminhado ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, os quais deverão ser devidamente protocolados no protocolo central da Prefeitura Municipal de Matos Costa-SC.

1.5.2 Não sendo formulado pedido de esclarecimento até o prazo previsto na lei nº 8.666/93, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação dos das propostas e documentos de habilitação, não cabendo aos licitantes direito a qualquer reclamação posterior.

1.5.3 A resposta do Pregoeiro ao pedido de esclarecimento formulado será divulgada mediante publicação de nota na pagina web da Prefeitura Municipal de Matos Costa-SC, em até 24 horas após recebimento de solicitação.

1.6 DA IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL

1.6.1 As impugnações ao edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro, observando-se os termos do item 19.1 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para sessão do pregão:

1.6.1.1 Somente serão consideradas recebidas, dentro do prazo legal acima estabelecido, as impugnações que forem protocoladas ou registradas eletronicamente por uma das formas previstas no item 19.1 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

1.6.2 O Pregoeiro opinará, de forma fundamentada, com a oitiva da Comissão de Licitação, se assim achar necessário, pela procedência ou improcedência das impugnações, que serão decididas pela Autoridade Superior.

1.6.3 A decisão que determinar a modificação dos termos do Edital ensejará sua republicação, reabrindo-se os prazos inicialmente estabelecidos, exceto quando, inquestionavelmente, as alterações não afetarem a formulação das propostas.

1.6.4 É responsabilidade de o impugnante confirmar o recebimento do e-mail pelos telefones (49) 3572-1121.

1.7 No dia, hora e local mencionado no preâmbulo, terá início a sessão do pregão, com o seguinte roteiro:

- a) credenciamento dos representantes legais dos licitantes;
- b) recebimento da declaração de habilitação e dos envelopes contendo as propostas e a documentação;
- c) abertura dos envelopes proposta e exame da conformidade das propostas para com as exigências do edital;
- d) divulgação dos licitantes classificados e dos desclassificados;
- e) realização dos lances verbais;
- f) abertura do envelope documentação do licitante detentor do menor preço e exame da habilitação;
- g) adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor, se não houver manifestação da intenção de interposição de recurso.

1.8 Os licitantes presentes serão intimados das decisões do Pregoeiro durante a sessão, as quais serão lavradas em ata, inclusive o resultado final.

1.9. Integram este edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes Anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II – Planilha de Custos;

Anexo III – Formulário de Proposta e Percentual de Descontos;

Anexo IV Modelos de:

a) Carta de Credenciamento



- b) Declaração firmando o cumprimento aos requisitos da habilitação;
 - c) Declaração, conforme o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
 - d) Declaração de Sujeição ao edital e de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação;
 - e) Declaração de Idoneidade;
 - f) Declaração de Micro-empresa;
 - g) Modelo de Procuração;
 - h) Declaração de que nenhum dos sócios ocupa cargo político, nas três esferas de governo;
 - i) Modelo Declaração de Apresentação de Apólice de Seguro
- Anexo V- Ata de Registro de Preços;

2 - DO OBJETO E FORMAS DE EXECUÇÃO

2.1 A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o necessário fornecimento de peças e acessórios, para atender aos veículos equipamentos e máquinas da frota oficial do Município de Matos Costa, e ainda, para todos aqueles que forem adquiridos, cedidos e emprestados durante a vigência do contrato, em que se inclui: mecânica geral, inclusive o sistema elétrico/eletrônico e hidráulico, retífica, funilaria, pintura em geral, conserto do sistema de refrigeração, ar-condicionado, serviços de tapeçaria, estofamento, balanceamento, alinhamento e geometria, alinhamento de direção, instalação de acessórios, conforme especificações contidas neste edital, pelo período estimado de 12 meses, conforme descrições termo de referencia Anexo I do edital.

2.2 O objeto será executado de forma indireta, sob o regime de tarefa por preço unitário, conforme determina o art. 10, inciso II, alíneas "b" e "d", da Lei n. 8.666/93.

2.3 A administração Municipal fixa a estimativa para aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva de mão de obra mecânica que trata o artigo 12 da Lei Federal nº 10.520/02, Lei de Licitações nº 8.666/93 e alterações, em valor total estimado de **R\$ 1.726.000,00** (Um milhão setecentos e vinte e seis mil reais), pelo período de um ano, que serão suportados por dotação específica, podendo a Administração adquirir quantidades, valores maiores ou menores, sempre dentro dos parâmetros de preços registrados neste edital.

2.4 Caso a CONTRATANTE venha a adquirir novos equipamentos, os mesmos serão agregados de acordo com categoria correspondente, sendo estendidos a eles todos os serviços e aquisições contratados.

2.5 DO PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO

2.5.1 Os percentuais mínimos de desconto do objeto estão estipulados no Anexo II - Planilha de Percentual de Descontos.

2.6. PRAZOS DE ENTREGA E RECEBIMENTO: PEÇAS E MÃO DE OBRA

2.6.1 Peças: Os prazos de entrega e condições dar-se-ão da seguinte forma:

- a)A proponente deverá entregar os produtos imediatamente, ou em **no máximo até 02 (dois) dias corridos**, após o recebimento da autorização de fornecimento parcelada e conforme a necessidade do requisitante;
- b)A entrega será de responsabilidade do proponente vencedor, e o local de entrega será na sede administrativa do Município, localizada à Rua Manoel Lourenço de Araújo, nº 137, Centro, Matos Costa, SC, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente em vigor;
- c)As peças deverão atender às exigências de qualidade, observadas os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);
- d)Caso o produto não corresponda ao que foi autorizada a compra, a empresa vencedora deverá providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a sua substituição visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital;
- e)As peças poderão ser "Peça de reposição original/1ª linha" Também denominada peça genuína, destinada



a substituir peça de produção original para efeitos de manutenção ou reparação, caracterizada por ter sido concebida pelo mesmo processo de fabricação (tecnologia), apresentando as mesmas definições técnicas da peça que substitui, e/ou "Peça de reposição/2ª linha" Também denominada peça de pós-venda, é destinada a substituir peça de produção original ou peça de reposição original, caracterizada pela sua adequação e intercambialidade, podendo ou não apresentar as mesmas especificações técnicas, características de qualidade (por exemplo, material, resistência, tratamento de beneficiamento, desempenho e durabilidade) da peça de produção original.

f)A CONTRATANTE definirá no ato da apresentação do orçamento prévio, a utilização de peças originais/1ª linha ou peças de reposição/2ª linha de acordo com o equipamento.

2.6.2 Dos Serviços:

a)A proponente deverá prestar os serviços em sua própria sede, que deverá ser, obrigatoriamente, dentro dos limites do Município de Matos Costa, imediatamente, após recebimento da autorização de fornecimento, com tolerância de no máximo 03 (três) horas para início dos serviços;

b)A proponente deverá apresentar no prazo máximo de até 12 (doze) horas após o recebimento da "SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO" emitida pela Administração Municipal, especificando a quantidade estimada de horas para a execução dos serviços, bem como, o quantitativo e a especificação técnica das peças para reposição, se necessárias;

c)A entrega dos serviços dependerá do grau de complexidade dos mesmos, e deverá ser imediata, ou no prazo máximo de até 10 (dez) dias, a contar do recebimento da autorização de fornecimento;

d)A execução dos serviços será supervisionada e fiscalizada pelas Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo, e também por servidores designados pelas respectivas Secretarias e Órgãos municipais requisitantes;

e)Será de inteira responsabilidade da proponente a segurança dos bens durante a realização dos serviços, e por quaisquer danos materiais ou pessoais que ocorrerem no decorrer da execução dos serviços, inclusive perante terceiros;

f)Os serviços deverão atender às exigências de qualidade, observadas os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc. - atentando-se a proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

g)Os serviços deverão ser executados de maneira que mantenham os veículos, máquinas, tratores, equipamentos e implementos agrícolas em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento, mediante serviços de manutenção mecânica e elétrica e verificações que se fizerem necessárias, efetuando-se conserto e lubrificações, bem como outros serviços recomendados para uma manutenção adequada;

h) A execução dos serviços deverá ocorrer dentro do perímetro urbano do município de Matos Costa-SC ou da sede da contratada até máximo de 70 km do município para possibilitar a fiscalização, neste último caso a contratada é responsável pelo pagamento do guincho do veículo até sua sede.

i)Caso o serviço não corresponda ao exigido no Edital, a empresa vencedora deverá providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a sua substituição visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital;

j)Reserva-se ao Município o direito de recusar no todo ou em parte o serviço se não tiver aprovação pela área técnica, obrigando-se o proponente a promover a sua substituição;

k) A CONTRATADA deverá apresentar junto à nota fiscal o relatório detalhado dos serviços, relação dos materiais, com indicação dos valores unitários e totais.

l) Os veículos novos, máquinas, tratores e implementos que ainda estiverem na garantia de fábrica, assim como as primeiras revisões, estas serão feitas pelas devidas concessionárias.

2.6.3 A relação dos veículos constantes no Termo de Referência - Anexo I serve apenas como referência para o quantitativo de peças a serem prestados, podendo, contudo, sofrer alterações durante a execução do contrato, devido à baixa ou aquisição de novos veículos, sendo que essas alterações não implicam em



reajuste no valor contratado.

2.6.4 A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante o fornecedor e com seus profissionais contratados, sendo de sua responsabilidade deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

2.6.5 Após dar entrada na oficina qualquer dos veículos, máquinas, tratores equipamento e implementos mencionados no objeto deste Edital, a contratada após exame, vistoria, e, quando for o caso, desmontagem de suas partes defeituosas, preparará e submeterá à aprovação do MUNICÍPIO um diagnóstico escrito dos serviços a serem realizados e indicará inclusive o número de horas-homem a serem utilizadas, relacionará ainda todas as peças e componentes a serem substituídos.

2.6.6 A Contratada se responsabilizará pela integridade dos veículos de propriedade do MUNICÍPIO a ela entregues para manutenção, bem como por quaisquer equipamentos e acessórios neles instalados, respondendo única e exclusivamente por eventuais danos ou prejuízos causados, ficando obrigada, a qualquer momento, a corrigir, às suas expensas, defeitos ou vícios verificados, resultantes da inadequação da execução do objeto deste contrato, independente do aceite do MUNICÍPIO.) Prazo de garantia dos serviços executados deverá ser no mínimo 6 (seis) meses ou 5000 (cinco mil) km, a contar da emissão da nota fiscal;

2.6.7 Em relação Gás para AR CONDICIONADO o fornecimento, com mão de obra inclusa, de carga para ar condicionado, conforme especificações de fábrica.

2.6.8 *Quaisquer serviços pertinentes à manutenção preventiva e corretiva, não elencados acima deverão ser atendidos e estarem em conformidade com as normas e padrões de exigências da ABNT, NBR 15831:2010 E NBR 13.032, órgãos técnicos competentes, legislações correlacionadas, normas e padrões dos fabricantes, para a prestação destes serviços;*

2.7. O recebimento se dará:

a) Provisoriamente, nos termos do art. 73, inciso II, alínea "a", da Lei Federal 8.666/93;

b) Definitivamente, nos termos do art. 73, inciso II, alínea "b", do dispositivo legal supracitado.

2.7.1 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do fornecedor pela solidez e segurança. Também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da ata de registro de preços, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pela ata de registro de preços.

2.7.2. É ressalvado ao Município o direito de devolução dos produtos ou serviços que não estiverem dentro das especificações exigidas nesta licitação;

2.7.3. A assinatura do canhoto da nota fiscal ou protocolo em outros documentos indica tão somente o recebimento da nota, sendo sua confirmação definitiva condicionada a conferência dos dados relacionados na nota fiscal com os produtos efetivamente entregues, relatórios ou outros documentos que se fizerem necessários.

2.7.4 A não entrega dentro dos prazos estabelecidos nos itens 2.6.7 "a e b", ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Além dos casos previstos no art. 9º da Lei 8.666/93, não poderão participar da licitação empresas que por qualquer motivo, estejam declaradas inidôneas para licitar ou firmar contratos com a Administração Pública.

3.1.1. Empresas que tenham em seus quadros como sócios, diretores ou gerentes, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento do quadro de Membros e Servidores do Município de Matos Costa-SC;



3.1.2. É vedada a participação de licitantes cuja atividade fim não for compatível com o objeto desta licitação, que será comprovada por intermédio do ato constitutivo em vigor (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), podendo ser acrescido a esta documentação complementar que possibilite identificar a compatibilidade da atividade fim com o objeto da licitação, não sendo admitida a participação de empresas em consórcio.

3.1.3. É vedada a participação de licitantes que estejam sob aplicação de sanções, conforme termos da Lei n. 12.846/2013:

3.1.3.1 A verificação de eventual enquadramento na situação de que trata o item 3.1.3, será realizada mediante consulta junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIs, pelo link <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis> e junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, pelo link http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

3.1.4. A participação na licitação implica na aceitação integral e irretroatável dos termos e conteúdos deste Edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

3.1.5 É permitida a subcontratação dos serviços, atendidas as seguintes condições:

3.1.5.1. O CONTRATADO é o único e integral responsável pelo fornecimento do objeto do contrato;

3.1.5.2. Em hipótese alguma haverá relacionamento contratual ou legal do CONTRATANTE com os subcontratados;

3.1.5.3. O CONTRATANTE se reserva no direito de vetar subcontratações por razões técnicas ou administrativas;

3.1.6. Admitir-se-á a subcontratação dos seguintes serviços mediante autorização da contratante.

3.1.6.1 As demais condições para subcontratação estão discriminadas no Anexo I – Objeto Detalhado, item 8 – “Das Subcontratações”.

3.2 DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – LEI COMPLEMENTAR Nº123/2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014.

3.2.1 Os Micros empreendedores Individuais, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que QUISEREM participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, deverão observar o disposto nos subitens seguintes:

3.2.1- A condição de Micro empreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte deverão ser comprovadas mediante apresentação (fora dos envelopes) da seguinte documentação:

3.2.1.2. Sociedade Empresária: Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa, ou;

3.2.1.3- Sociedade Simples: Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, ou;

3.2.1.4- Micro empreendedor Individual: Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Micro empreendedor Individual ou Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual – CCEI, disponibilizado no Portal de Micro empreendedor (www.portaldoempreendedor.gov.br), ou;

3.2.1.5- Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação: Comprovação de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal (<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>).

3.3- Os documentos exigidos nos subitens, 3.2.1.2, 3.2.1.3 e 3.2.1.4, 3.2.1.5 deverão estar atualizados, ou seja, emitidos a menos de 120 (cento e vinte) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação e acompanhados da DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO, conforme o modelo do Anexo V do presente Edital.



3.4 - Os documentos para fins de comprovação dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, deverão ser apresentados FORA DOS ENVELOPES, no ato de **CRENCIAMENTO** das empresas participantes.

3.5- A empresa que não comprovar quaisquer das condições retro citadas não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 Na data, hora e local designados para início do credenciamento, serão chamados os representantes das empresas licitantes os quais deverão apresentar à Pregoeira documento que comprove a existência dos necessários poderes para representar a empresa, formular propostas verbais e praticar todos os demais atos inerentes ao certame, acompanhado de sua Cédula de Identidade ou documento equivalente, para conferência dos dados com aqueles informados no documento de credenciamento.

4.2 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) No caso do representante ser sócio-gerente ou diretor da empresa, o mesmo deverá apresentar o Ato Constitutivo, Contrato Social ou Estatuto da mesma, NO QUAL ESTEJAM EXPRESSOS SEUS PODERES PARA EXERCER DIREITOS E ASSUMIR OBRIGAÇÕES EM NOME DA EMPRESA.

b) Caso o representante não seja sócio-gerente ou diretor, o seu credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração, ou termo de credenciamento (conforme modelo constante do Anexo I), **COM FIRMA RECONHECIDA DO OUTORGANTE. DEVENDO APRESENTAR, TAMBÉM, A MESMA DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DA LETRA "A" DESTE CAPÍTULO**, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

4.3 - Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO IV).

4.3.1 - Se for Micro empreendedora Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte- EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva e poderão apresentar junto ao credenciamento **CERTIDÃO SIMPLIFICADA EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL NO ANO DE 2019** comprovando que a empresa é ME ou EPP, ou no caso de MEI certificado de inscrição comprovando esta condição. As empresas que apresentarem esta comprovação poderão usufruir dos benefícios descritos no Art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, ou seja:

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.3.2- Não poderão participar na condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as que se enquadram nas hipóteses do Artigo 3º § 4º da Lei Complementar 123/2006.

Obs.: A declaração contida no item 4.3 deverá acompanhar os documentos do credenciamento, fora dos envelopes.

4.4 - A DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO CREDENCIAMENTO DEVERÁ SER APRESENTADA FORA DOS ENVELOPES PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO, a qual será retida pela Equipe de Apoio e juntada ao processo.

4.5 - Apenas a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para este efeito, apenas **01 (um)** representante por licitante interessada.

4.6 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

4.7 - Por motivo de força maior ou quando da necessidade de realização de nova sessão pública, a empresa poderá credenciar novo representante legal, desde que este atenda às condições de credenciamento.



4.8 – A não comprovação de que o interessado possui poderes para representar a licitante no certame, bem como a não apresentação ou incorreção de algum documento de credenciamento, ainda, o não credenciamento ou a ausência de credenciado implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, participando do certame tão somente com sua proposta escrita.

4.9 – Far-se-á o credenciamento até 5 (cinco) minutos que antecedem o horário estipulado para o início da sessão de processamento do Pregão.

4.9.1 – Ultrapassado o prazo acima previsto, estará encerrado o credenciamento, bem como o recebimento dos envelopes e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

4.10 - Todos os documentos referente à **COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE e de CREDENCIAMENTO** poderão ser entregues em: original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou ainda, fotocópia não autenticada **DESDE QUE SEJAM EXIBIDOS OS ORIGINAIS PARA AUTENTICAÇÃO POR SERVIDOR DESIGNADO**. Não serão aceitas cópias de documentos.

5 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

5.1 – A proposta e os documentos exigidos deverão ser apresentados no dia e horário designados para abertura da sessão, sendo que os envelopes que não forem apresentados pessoalmente ou por representante credenciado ou via remessa postal, deverão ser protocolizado no Setor de Protocolo da Prefeitura de Matos Costa até o horário estabelecido para a abertura da sessão, em envelopes separados, fechados e lacrados, contendo a identificação clara e visível da razão social do proponente, número do Pregão e com os seguintes dizeres externos:

PREGÃO N°/.....
REGISTRO DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA
PROPOSTA – ENVELOPE N° 01
RAZÃO SOCIAL

PREGÃO N°/.....
REGISTRO DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA
DOCUMENTAÇÃO - ENVELOPE N° 02
RAZÃO SOCIAL

6 – DA PROPOSTA

6.1 - O Envelope nº 01 "Da Proposta" deverá conter os seguintes elementos:

6.1.1 - A proposta em 01 (uma) via, original, preenchida sem emendas, rasuras ou entrelinhas, de forma legível, **CONFORME FORMULÁRIO DO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-SC**, devendo constar as seguintes informações, **SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO**:

- Razão Social da empresa, endereço, e-mail e nº do CNPJ da proponente;
- Número deste Pregão;
- Conter declaração de que os preços apresentados compreendem quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação;
- Conter prazo de entrega das peças e serviços conforme previsto no item 2.6 e seus subitens do edital.



- e) Valor total de cada item, discriminando seu valor unitário em moeda corrente nacional, sendo admitidas apenas **02 (DUAS) CASAS DECIMAIS APÓS A VÍRGULA**, onde estejam incluídas todas as despesas com impostos, fretes, entrega, carga e descarga;
- c) O **nome comercial (marca)** dos itens ofertados;
- d) Assinatura do representante legal da empresa;
- e) O **prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 90 (noventa) dias, o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes propostas. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento;**
- f) O **prazo de entrega dos itens de acordo com item 2.6 do presente edital.**

6.1.2 – **CD ou PEN DRIVE** contendo o arquivo do software "Betha Auto Cotação", conforme o disposto no subitem 6.3 deste Edital (facultativo).

6.1.3 - **Dados bancários:** nome do banco, nº da agência e nº da conta corrente em nome da proponente, conforme Anexo III.

Obs.

1 - Caso os proponentes apresentem valores totais com 03(três) ou mais casas decimais após a vírgula, a Pregoeira considerará apenas as 02 (duas) primeiras.

2 - As empresas que não se fizerem representadas e não possuírem cadastro atualizado no Município de Matos Costa deverão apresentar, juntamente com a proposta, documento que comprove que a pessoa que assinou a proposta possua poderes para representar a empresa licitante, sob pena de desclassificação.

6.2 – Havendo divergência entre o valor unitário e o valor total do item cotado, será considerado, para fins de julgamento das propostas, o primeiro.

6.3 – Para maior comodidade, o Município disponibilizará aos licitantes formulário proposta para preenchimento através do software "Betha Auto Cotação – Versão 2.025", cujo programa está disponível para download na página do Município de Matos Costa, no endereço <http://www.matoscosta.sc.gov.br/> no menu Licitações, no link Betha Auto Cotação.

6.3.1 - As empresas interessadas, após download do software, deverão utilizar o arquivo "Auto Cotação PR 07/2019", disponibilizado juntamente com o edital no site do Município.

6.3.2 - Ao utilizar o programa as empresas licitantes deverão preencher corretamente todos dados do fornecedor solicitados pelo sistema, tais como: razão social, endereço completo, tipo de empresa, CNPJ, Inscrição Estadual, telefone, nome do representante legal e cargo.

6.3.3 - Depois de preenchidos os valores e as marcas no software referido no item anterior, o licitante deverá imprimir sua proposta, a qual deverá ser assinada pelo representante legal da empresa e apresentada no respectivo envelope, acompanhada de mídia.

6.3.4 – No caso de divergência de dados entre a proposta escrita e a contida na mídia, prevalecerá à escrita.

6.3.5 - O CD ou PEN DRIVE contendo a planilha eletrônica deverá estar dentro do envelope da proposta.

Obs: A apresentação de proposta através do software "auto cotação" não é obrigatório, caracterizando-se em recurso para facilitar o preenchimento das propostas. Não será desclassificado o proponente que não enviar CD/DISQUETE/PEN DRIVE contendo a planilha eletrônica.

6.4 – Vícios, erros e/ou omissões que não impliquem em prejuízo para o Município poderão ser desconsiderados pela Pregoeira, cabendo a esta agir em conformidade com os princípios que regem administração Pública.

6.5 – Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica em aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.6 Do Percentual de Descontos

6.6.1 A proposta apresentada de acordo com o modelo constante do Anexo III deste Edital deverá conter, obrigatoriamente:



6.6.1.1 O percentual de desconto mínimo de 7,82% para os serviços de mão-de-obra, com no máximo 2 (duas) casas decimais, a ser aplicado sobre o valor de R\$ 90,00 (noventa reais)/hora. O valor de mão-de-obra foi apurado pela média de preços apresentados pelas concessionárias de todas as marcas existentes na frota;

6.6.1.2 O percentual de desconto mínimo de 5,46% para o fornecimento de peças, componentes, acessórios e materiais originais durante a execução dos serviços, com no máximo 2 (duas) casas decimais, que será aplicado sobre os valores constantes no SISTEMA CILIA;

6.6.1.3 O percentual de desconto mínimo de 1,12% para o fornecimento de gás para ar condicionado durante a execução dos serviços, com no máximo 2 (duas) casas decimais, que será aplicado sobre os valores constantes no SISTEMA CILIA;

6.6.1.4 Caso não conste no Sistema CILIA o preço de alguma peça, gás para ar condicionado a serem orçados, os descontos contratados serão aplicados sobre o preço praticado pela empresa contratada.

6.6.1.5 O Percentual de Desconto dos lotes será expresso em numeral, com **no máximo 2** (duas) casas decimais;

6.6.1.6 Deverá ser apresentado juntamente com a proposta de preços, "Planilha de Formação de Custos dos Serviços" para cada item do objeto do contrato, contemplando os custos diretos e indiretos envolvidos, encargos, tributos, etc, **sendo que esta planilha deverá representar efetivamente a composição dos custos que originaram o preço ofertado pelo licitante.**

6.7.1.7 Deverá ser apresentada junto com o envelope de percentual de desconto, "Declaração" onde conste mencionado quais serviços serão subcontratados, se for o caso, em conformidade com o disposto nos subitens 3.1.5 e 3.1.6 deste Edital.

6.8 Com fundamento no inciso I do artigo 48 da Lei nº 8.666/93, consolidada, serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital.

6.9 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica em submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

6.10 O desconto ofertado permanecerá fixo e irrevogável durante a vigência da ata, salvo na hipótese de desequilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado pela licitante-contratada, conforme previsão estampada no art. 65, II "d" da lei n.º 8666/93.

7. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE 02 "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

Para a habilitação no presente processo os interessados deverão apresentar no Envelope 02 - Documentos de Habilitação, os documentos a seguir relacionados:

8 - DA HABILITAÇÃO

8.1 - A documentação deverá ser apresentada no ENVELOPE nº 02, em 01(uma) via, original ou cópia autenticada por Tabelião, devendo constar os seguintes documentos de habilitação:

8.2 - Habilitação Jurídica:

8.2.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores, ou;

8.2.2 - Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

8.2.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

8.2.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



8.2.5 – Declaração de que a licitante cumpre o disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade), assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo do Anexo III.

8.2.6 – Declaração de que não pesa contra si declaração de inidoneidade nos termos do artigo 87, inciso V e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93, assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo do Anexo V.

8.3 – Habilitação Fiscal e Trabalhista:

8.3.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

8.3.2 – Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, em vigor;

8.3.3 – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio do proponente, em vigor;

8.3.4 – Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio do proponente, em vigor;

8.3.5 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, em vigor;

8.3.6 – Prova de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em vigor (caso esta não esteja abrangida na Certidão de Débitos Relativos aos tributos e à Dívida Ativa da União);

8.3.7 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, disponibilizada no site do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.gov.br/certidao), em vigor.

8.4 – Qualificação Econômico-Financeira:

8.4.1 – Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

8.5 Qualificação Técnica:

a) Comprovação de aptidão para desempenho **de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos** mediante apresentação de ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a identificação do signatário, a ser apresentado em papel timbrado da empresa ou órgão declarante, claramente identificada a razão social e o CNPJ do licitante;

8.6 – Os documentos exigidos nos itens 8.2.1 a 8.2.4, 8.3.1 a 8.3.7 e 8.4.1, poderão ser substituídos pelo CRC – Certificado de Registro Cadastral expedido pelo Município de Matos Costa em vigor, ORIGINAL OU AUTENTICADO, contendo todos os documentos dentro do prazo de validade. No caso de documentos com prazo de validade vencido, a licitante poderá anexar junto ao CRC, no envelope documentação, os documentos atualizados na forma de **cópia reprográfica autenticada**.

8.7 – Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pela Equipe de Apoio.

8.8 – Todos os documentos referente a **HABILITAÇÃO** poderão ser entregues em: original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada **DESDE QUE SEJAM EXIBIDOS OS ORIGINAIS PARA AUTENTICAÇÃO POR SERVIDOR DESIGNADO ANTES DO INICIO DA SESSÃO, POIS OS MESMOS DEVERÃO ESTAR DENTRO DO ENVELOPE LACRADO**. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de fax-símile ou ilegíveis.

8.9 – No caso de apresentação de documentos e/ou certidões que não constarem prazo de validade, considerar-se-á o prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir da data de emissão dos mesmos.

8.10– O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto ficará em poder da Pregoeira pelo prazo de 30 (trinta) dias a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após este período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do mesmo.

8.11 – As Micro empreendedoras Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, deverão apresentar



toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.12. As empresas que quiserem autenticar documentos junto à Prefeitura de Matos Costa deverão apresentá-los acompanhados dos originais no máximo até 1 dia útil anterior ao prazo de entrega da documentação e proposta, em horário de funcionamento do Paço Municipal, junto ao Departamento de Compras e Licitações, sendo que em hipótese alguma serão autenticados documentos no dia da sessão.

8.13 No caso de apresentação de certidões das quais não constem o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da emissão dos mesmos.

8.14 O licitante que optar em participar mediante apresentação de proposta elaborada por uma de suas filiais, deverá apresentar todos os documentos exigidos para habilitação referentes unicamente à filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, sejam emitidos somente em nome da matriz.

8.15 Os documentos apresentados por ocasião do Credenciamento serão dispensáveis do envelope n. 2 – Documentação de Habilitação.

9 - DO PROCEDIMENTO DO RECEBIMENTO DE ENVELOPES E DO JULGAMENTO

9.1 No dia, hora e local designados neste Edital, na presença dos licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme exposto no item 04.

9.2 Depois de verificadas as credenciais será declarada aberta a sessão e o Pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes distintos, a proposta e os documentos exigidos para habilitação, devidamente lacrados e identificados.

9.3 Havendo remessa via postal dos envelopes, a licitante não credenciada pessoalmente, não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta escrita.

9.4 Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

9.5 Os envelopes n. 2 - Documentação de Habilitação - que não forem analisados serão devolvidos aos licitantes no final da sessão; e,

9.6 Caso haja interposição de recurso, os envelopes contendo a Documentação de Habilitação ficarão em posse da Comissão de Licitação até o julgamento do recurso, após o qual estarão disponíveis para retirada no endereço citado no item 19.1 do Edital, no prazo de 30 (trinta) dias.

9.7 O Pregoeiro abrirá os envelopes de proposta de percentual de descontos, registrará os descontos ofertados no respectivo mapa, indicando a de maior percentual e aquelas que atendem ao disposto no inciso VIII do art. 4º da Lei n. 10.520/2002, e verificará a conformidade destas propostas com os requisitos do Anexo I - Objeto Detalhado, do instrumento convocatório:

9.7.1 A desclassificação da proposta do licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.

9.8 Não será motivo de desclassificação simples omissões irrelevantes para o atendimento da proposta, que não venhas causar prejuízo à Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes.

9.9 Serão admitidas para a etapa de lances verbais:

9.9.1.1 A proposta comercial com maior percentual de desconto, desde que atendidos os requisitos constantes do Anexo I – Objeto Detalhado, do instrumento convocatório; e,

9.9.1.2 As propostas comerciais com preços até 10% (dez por cento) inferiores àquela e que, igualmente, tenham atendido os requisitos constantes do Anexo I – Objeto Detalhado, do instrumento convocatório.

9.9.2 Caso duas ou mais propostas comerciais, admitidas para a etapa de lances, apresentem descontos iguais, será realizado sorteio para determinação da oferta de lances;



- 9.9.3 Não havendo pelo menos três propostas comerciais aptas à fase de lances nas condições definidas no subitem 9.9.1, serão admitidas à etapa de lances aquelas superiores ao limite definido no inciso VIII do art. 4º da Lei n. 10.520/2002, até que se complete o número de três licitantes, desde que tenham atendido os requisitos do Anexo I – Objeto Detalhado, do instrumento convocatório;
- 9.10 A oferta dos lances será sucessiva, distinta, na ordem crescente dos descontos e deverá ser efetuada pelo **percentual de desconto para o lote** no momento em que for conferida a palavra ao licitante.
- 9.11 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.
- 9.12 Durante a etapa de lances, quando na sua oportunidade de ofertar novo lance não puder cobrir o maior desconto apresentado, o licitante poderá oferecer um último lance para melhorar o seu desconto, mesmo que este seja inferior ao maior desconto registrado até aquele momento.
- 9.13 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último desconto apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 9.14 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 9.15 As micro empresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou microempreendedores individuais (MEI) que apresentaram a documentação descrita no item 8.1. será dado o direito de preferência conforme estabelece a Lei Complementar nº 123/06;
- Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.
- § 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será e até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.
- Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- I – a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- 9.16 Embora seja considerado o percentual total de desconto do lote para efeito de lances e classificação, o licitante classificado em primeiro lugar deverá, no momento da sessão pública do Pregão, quando indagado pelo Pregoeiro, definir o percentual de desconto por item, sendo que este percentual não poderá ser inferior ao mínimo estabelecido para cada item, bem como não poderá em hipótese alguma ser inferior ao percentual apresentado na proposta inicial.
- 9.17 Caso não seja possível a imediata recomposição dos descontos resultantes dos lances, o Pregoeiro estabelecerá um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para que o licitante apresente nova proposta à comissão de licitação, no endereço citado no item 19.1 do edital, em original assinado, ou envie para o e-mail licitacao@matoscosta.scgov.br, assinada e digitalizada, sob pena de desclassificação.
- 9.18 Ato contínuo, o Pregoeiro examinará os documentos contidos no Envelope n. 2 - Documentação de Habilitação do licitante cuja proposta fora declarada vencedora da etapa de lances.
- 9.19 Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.
- 9.20 Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e a habilitação do proponente, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
- 9.21 Serão inabilitados os licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no item 08 e subitens deste Edital, observado o art. 48, § 3º da Lei 8666/93.
- 9.22 A data a ser considerada para a análise das condições de habilitação, na hipótese de haver outras sessões, será aquela estipulada para o recebimento dos envelopes, devendo, contudo, serem sanadas,



anteriormente à contratação, quaisquer irregularidades a elas referentes e que se apresentarem após aquela data.

9.23 Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada contendo, sem prejuízo de outros dados, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

9.24 O Pregoeiro poderá a qualquer momento da sessão, quando julgar necessário, definir parâmetros ou porcentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos, estabelecer tempo para o oferecimento dos lances verbais, bem como permitir a comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão através de aparelhos de telefone celular e outros.

9.25 Não serão aceitas cópias de documentos obtidos por meio de aparelho fac-símile (FAX) nem cópias de documentos ilegíveis em nenhuma das fases do certame.

10. DA PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

10.1 Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

10.2 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

10.3 No caso de empate entre duas ou mais propostas proceder-se-á da seguinte forma:

a) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b) Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma da alínea "a" do subitem 10.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 10.2 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.3 deste Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que, primeiro, poderá apresentar melhor oferta.

10.4 Na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea "a" do subitem 10.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.5 A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

10.6 O disposto no subitem 10.1 e suas alíneas somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Nesse caso o desempate entre duas ou mais propostas, e não havendo lances, será efetuado mediante sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

10.7 A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, de acordo com o artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.8 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, à mesma, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.

10.9 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 11.8, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à



Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10.10 A empresa que não comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no ato de credenciamento, de acordo com o disposto no subitem 7 deste Edital, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

10.11 CRITÉRIO DE JULGAMENTO

10.11.1 A presente Licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de **MENOR PREÇO - Maior desconto oferecida por lote**, desde que atendidas às exigências deste Edital.

10.11.2 As propostas (em percentual) deverão ser apresentadas com no máximo 02 (duas) casas decimais.

11. DO DIREITO DE PETIÇÃO

11.1 A manifestação da intenção de interpor recurso, pleiteada pelo representante legal do licitante, deverá ser feita imediata e motivadamente após o anúncio, pelo Pregoeiro, da empresa vencedora ou após a decisão contra a qual recorre, com registro em ata da síntese das suas razões de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar razões de recurso, facultando-se aos demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso.

11.3 Sempre que for interposto recurso, deverão ser juntados aos autos os documentos, por ventura, apresentados pelo recorrente, registrando-se a data e a hora em que foram entregues.

11.4 Não será recebido ou conhecido recurso intempestivo, meramente protelatório, que não seja interposto pelo licitante ou por seu representante credenciado, ou quando os respectivos fundamentos não possuírem justificativa e motivação em direito admissíveis:

11.4.1 A decisão que negar seguimento ao recurso será fundamentada.

11.5 O Pregoeiro lançará sua manifestação, de forma motivada, pelo indeferimento ou provimento do recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e nesse mesmo prazo encaminhará o recurso ao Assessor jurídico que, por sua vez, proferirá decisão em 5 (cinco) dias úteis.

11.6 O acolhimento do recurso somente importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e o processo será remetido ao assessor jurídico para manifestar-se e posterior homologação pela autoridade competente.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 As obrigações decorrentes do fornecimento dos serviços e produtos constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre o Município e o fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade será de 12 (doze) meses oficiais, contado da assinatura da Ata de Registro de Preços.

12.2 O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado a firmar a Ata de Registro de Preços no prazo de 03 (três) dias úteis após a homologação, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

12.3 Caso a Ata de Registro de Preços ou o documento respectivo, por qualquer motivo, não venha a ser assinada, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13 - DA CONTRATAÇÃO



- 13.1 - Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar a Ata de Registro de Preços, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.
- 13.2 - Observados os critérios e condições estabelecidos neste Edital, o Município poderá contratar mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Município, observada as condições do Edital e o preço registrado.
- 13.3 - A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, assegurado o direito de preferência ao Detentor da Ata, em igualdade de condições.
- 13.4 - As empresas licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender o contratado constante na Nota de Empenho, independente do valor, sob pena de penalização.

14 – DO PAGAMENTO

- 14.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente Licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.
- 14.2 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega e mediante apresentação da Nota Fiscal (eletrônica) no Setor de Compras e Licitações do Município, localizado na Rua Manoel Lourenço de Araújo, nº 137, Centro, Matos Costa, SC, devidamente assinada pelo servidor responsável pelo recebimento dos produtos.
- 14.3 O número do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) constante das Notas Fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação. Na nota fiscal deverá constar obrigatoriamente o nº do Processo Licitatório que originou a aquisição e a assinatura do responsável pelo recebimento.
- 14.4 Não serão efetuados em hipótese alguma, pagamentos por meio de boletos bancários ou em espécie.
- 14.5 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Município, conforme com indicação do CNPJ específico na Autorização de fornecimento, e o deverá constar da nota fiscal o nome do banco, agência e o N° da conta bancária receptora do depósito, e/ou outros dados indispensáveis para a efetivação do pagamento.
- 14.6 De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, fica o contratado obrigado a emitir nota fiscal eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1- A, quando for o caso.
- 14.7 – O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: compras@matocosta.sc.gov.br, para seu devido pagamento.
- 14.8 O MUNICÍPIO poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, indenizações, encargos, tributos, etc, devidas pela licitante vencedora, previstos em lei ou nos termos deste Pregão Presencial.
- 14.9 Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou a correção monetária.
- 14.10 – O CONTRATADO deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 14.11 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.
- 14.12 - Constatando-se, a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.



14.13 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.14 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO o contraditório e a ampla defesa.

14.15 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso o CONTRATADO não regularize sua situação.

15 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019/2020.

16 - DAS PENALIDADES

16.1 - Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

16.2 - De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

16.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 05 (Cinco) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

16.4 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar ao(s) CONTRATADO(S) as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) o(s) CONTRATADO(S) sujeito(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;

b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;

c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

16.5 - Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

16.6 - Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se



de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Matos Costa, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.7 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

16.8 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

16.9 – Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

17 - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

17.1 – A licitante vencedora ficará obrigada a efetuar serviços e fornecer os produtos, objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.

17.2 – Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

17.3 – A licitante vencedora deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

18 - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 – A Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o Município e a licitante(s) vencedora(s) terá validade de **12 (doze) meses** contados a partir da assinatura da mesma.

19 - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 – A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

19.2 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

19.3 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,

c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

19.4 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

19.5 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

20 – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando o fornecedor:

20.1.1 – Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços:



- 20.1.2 – Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração sem justificativa aceitável;
- 20.1.3 - Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 20.1.4 - Tiver presentes razões de interesse público.
- 20.1.5 - For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 20.1.6 - For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 20.2 – O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 20.3 – O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito onde força maiores devidamente comprovados.

21 – DA FISCALIZAÇÃO

- 21.1 – A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) do(s) servidor(es) designado(s) verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.
- 21.2 – Caberá ao (a)(s) servidor(a)(es) designado(a)(s) verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado sobre eventuais irregularidades, para que o mesmo tome as providencias cabíveis.

22 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 22.1 – As razões da impugnação e as manifestações de recursos administrativos não serão aceitas via e-mail ou fax, devendo as mesmas serem protocolizadas no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Matos Costa, sito a Rua Manoel Lourenço de Araujo, 137, Centro.
- 22.2 – Todos os documentos referentes à **COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDORA INDIVIDUAL, MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE, CREDENCIAMENTO E HABILITAÇÃO** poderão ser entregues em: original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada **DESDE QUE SEJAM EXIBIDOS OS ORIGINAIS PARA AUTENTICAÇÃO POR SERVIDOR DESIGNADO**. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de fax-símile ou ilegíveis.
- 22.3 – Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.
- 22.4 – O objeto deste Pregão poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art.65 da Lei nº 8.666/1993.
- 22.5 – Após a declaração de vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado que posteriormente será submetido à homologação pelo Prefeito Municipal.
- 22.6 – No caso de interposição de recurso, depois de proferida a decisão quanto ao mesmo, será o resultado da licitação submetido ao Prefeito Municipal para adjudicação e homologação.
- 22.7 – O Prefeito Municipal poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-la no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.



22.8 – É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, devidamente credenciado, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

22.9 – Os interessados que tiverem dúvidas na interpretação dos termos deste Edital serão atendidos pessoalmente no período das 08h00min às 12h00min, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Matos Costa, na Rua Manoel Lourenço de Araújo, n° 137, Centro, Matos Costa, SC, ou pelo telefone (49), 3572 1111 no mesmo horário.

22.10. A licitação não implica proposta de contrato por parte do MUNICÍPIO. Até a assinatura do Contrato poderá o licitante vencedor ser excluído da licitação, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se o Secretário de Administração e Finanças do Município tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone a sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

22.11 A licitante deverá atender rigorosamente os artigos 136 a 138 do CTB e apresentar e protocolar junto ao Departamento de Licitações semestralmente a documentação (inspeção de veículo utilizado no transporte, autorização do transporte coletivo, cópia do curso especializado) ou sempre que haja alteração fática (como troca de veículos ou, mesmo, de motorista).

22 - DO FORO

22.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Porto União/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Matos Costa, 16 de maio de 2019.


RAUL RIBAS NETO
Prefeito Municipal



PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019
ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

JUSTIFICATIVA: Os serviços e fornecimentos de peças são necessários para manutenção da frota de veículos, máquinas, tratores, equipamentos e implementos agrícolas do Município, que devido ao uso, apresentam grande desgaste, sendo indispensável sua conservação em perfeitas condições de uso para segurança dos motoristas, passageiros, operadores, e cumprimento das atividades atribuídas a cada órgão do Município.

1 – OBJETO: Contratação futura e eventual de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o necessário fornecimento de peças e acessórios, para atender aos veículos equipamentos e máquinas da frota oficial do Município de Matos Costa-SC, e ainda, para todos aqueles que forem adquiridos, cedidos e emprestados durante a vigência do contrato, em que se inclui: mecânica geral, inclusive o sistema elétrico/eletrônico e hidráulico, retífica, funilaria, pintura em geral, conserto do sistema de refrigeração, ar-condicionado, serviços de tapeçaria, estofamento, balanceamento, alinhamento e geometria, alinhamento de direção, instalação de acessórios, conforme especificações a seguir.

Relação de veículos equipamento e máquinas por Secretaria com estimativa de gastos em manutenção e serviços.

LOTE 1 – GABINETE DO PREFEITO							
DESCRIÇÃO VEICULO				VALOR ESTIMADO PARA OS ITENS:			
QUANT.	MARCA	MODELO	PLACA	ANO	SERVIÇOS	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO	GAS AR CONDICIONADO
1	Honda Flex	Civic LXL 5P	EPN1647	2010	14.000,00	14.000,00	2.000,00
1	Fiat Flex	Pálio Weekend Attrac 1.4	MLX3098	2013/2014	12.000,00	12.000,00	2.000,00
*Veículos a serem adquiridos					10.000,00	10.000,00	2.000,00



LOTE 2 – SECRETARIA DE SAÚDE							
DESCRIÇÃO VEICULO					VALOR ESTIMADO PARA OS ITENS:		
QUANT.	MARCA	MODELO	PLACA	ANO	SERVIÇOS	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO	GAS AR CONDICIONADO
1	Iveco Diesel Odonto	Furgão Daily 45S14 Granfur	MJI 5727	2010/2011	10.000,00	10.000,00	2.000,00
1		Reboque Odonto			5.000,00	5.000,00	0,00
1		Gerador Odonto	MKA3978		5.000,00	5.000,00	0,00
1	Renault Diesel	Vam Master Jaedi Tur	MKL 5773	2012/2013	30.000,00	30.000,00	2.000,00
1	Renault Flex	Logan Expression 16M	MLV6827	2014/2015	15.000,00	15.000,00	2.000,00
1	Renault Flex	Logan Aut 1016V	ASW2189	2010/2011	15.000,00	15.000,00	0,00
1	Chevrolet Flex	Spin 1.8L AT LTZ	QIB8115	2016	10.000,00	10.000,00	2.000,00
1	Fiat	Doblo Ambulância 2P	QIC7235	2016	10.000,00	10.000,00	2.000,00
1	Volkswagen	Polo Sedan 1.6	HMJ9089	2009	10.000,00	10.000,00	2.000,00
1	Peugeot	Partner - Ambulância	QJF6793	2019	10.000,00	10.000,00	2.000,00
1	Fiat	Ducato MC Ambulância	MIJ1684	2010	25.000,00	25.000,00	2.000,00
* Veiculos a serem adquiridos					20.000,00	20.000,00	4.000,00



LOTE 3 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DESCRIÇÃO VEICULO					VALOR ESTIMADO PARA OS ITENS:		
QUANT.	MARCA	MODEL O	PLACA	ANO	SERVIÇOS	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO	GAS AR CONDICIONADO
1	Volkswagen Diesel	Neobus Mega 17210	MCI3347	2002	30.000,00	30.000,00	0,00
1	Mercedes	1313 Comil	BYC9323	89/90	15.000,00	15.000,00	0,00
1	Volkswagen	Ônibus 15.190 EOD E ORE	QHD2255	2014	20.000,00	20.000,00	0,00
1	Chevrolet Flex	Spin1.8 L MT LZT	MMM8303	2014	10.000,00	10.000,00	2.000,00
1	Iveco Micro Ônibus	Cityclas 70C17	MKW6516	2012	20.000,00	20.000,00	0,00
1	Volkswagen DIESEL	EOD Escolar HD 15.190	MKL8303	2012	20.000,00	20.000,00	0,00
* Veiculos a serem adquiridos					20.000,00	20.000,00	4.000,00

LOTE 4 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

DESCRIÇÃO VEICULO					VALOR ESTIMADO PARA OS ITENS:		
QUANT	MARCA	MODELO	PLACA	ANO	SERVIÇOS	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO	GAS AR CONDICIONADO
1	Chevrolet FLEX	Classic LS	MLU970 6	2013/ 2014	10.000,00	10.000,00	0,00
1	Fiat	Siena 1.0	QJG176 7	2018/ 2019	10.000,00	10.000,00	2.000,00
* Veiculos a serem adquiridos					20.000,00	20.000,00	4.000,00



LOTE 5 - SAMU

DESCRIÇÃO VEICULO					VALOR ESTIMADO PARA OS ITENS:		
QUANT.	MARCA	MODELO	PLACA	ANO	SERVIÇOS	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO	GAS AR CONDICIONADO
1	Mercedes	MB 415 Ambulância	QJE0623	2017/2018	10.000,00	10.000,00	2.000,00

LOTE 6 - POLICIA MILITAR

DESCRIÇÃO VEICULO					VALOR ESTIMADO PARA OS ITENS:		
QUANT.	MARCA	MODELO	PLACA	ANO	SERVIÇOS	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO	GAS AR CONDICIONADO
1	Fiat	Palio Week Trekk	MLL2887	2013/2014	15.000,00	15.000,00	0,00

LOTE 7 - POLICIA CIVIL

DESCRIÇÃO VEICULO					VALOR ESTIMADO PARA OS ITENS:		
QUANT.	MARCA	MODELO	PLACA	ANO	SERVIÇOS	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO	GAS AR CONDICIONADO
1	Fiat	Palio Week Trekk 1.6	MLJ5787	2013/2014	10.000,00	10.000,00	2.000,00

LOTE 8 - CORPO DE BOMBEIROS

DESCRIÇÃO VEICULO					VALOR ESTIMADO PARA OS ITENS:		
QUANT.	MARCA	MODELO	PLACA	ANO	SERVIÇOS	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO	GAS AR CONDICIONADO
1	Renault	Logan EXP 1.6	MHI3645	2009/2010	10.000,00	10.000,00	2.000,00
1	GL	Camionete MMC L200 4X4	MGX6714	2009/2009	10.000,00	10.000,00	2.000,00
1	Renault	Master 11 M3	MKP2291	2012/2013	10.000,00	10.000,00	2.000,00
1	Mercedes	Caminhão Mercedes Bens 1519	LZV6918	1982	10.000,00	10.000,00	0,00



LOTE 09 – SECRETARIA DA AGRICULTURA

DESCRIÇÃO VEICULO					VALOR ESTIMADO PARA OS ITENS:		
QUANT.	MARCA	MODELO	PLACA	ANO	SERVIÇOS	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO	GAS AR CONDICIONADO
1	Maindra	Trator 8000 4WD		2013	16.000,00	16.000,00	0,00
1	Montana	Trator Montana Soliss 75A		2012	20.000,00	20.000,00	0,00
1	Massey Fergusson	Trator Massey fergusson 4275		2010	30.000,00	30.000,00	0,00
1	New Roland	New Roland		2018	30.000,00	30.000,00	0,00
1	Piccin	Grade aradoraGACR 14		2012	6.000,00	6.000,00	0,00
1	Piccin	Grade aradoraGACR 14		2012	6.000,00	6.000,00	0,00
1	Piccin	Grade aradoraGACR 14		2014	6.000,00	6.000,00	0,00
1	Tatu	Grade arrastão tatu GAM16		2012	3.000,00	3.000,00	0,00
1	Semeato	Grade arrastão GNS28		1989	3.000,00	3.000,00	0,00
1	Piccin	Grade Niveladora 32D		2000	6.000,00	6.000,00	0,00
1	Tadeu	Carreta dois eixos 6 toneladas		2012	3.000,00	3.000,00	0,00
1	ACC	Carreta dois eixos 6 toneladas		2014	3.000,00	3.000,00	0,00
1	Triton	Distribuidor de esterco fertilance 5.000 litros		2012	4.000,00	4.000,00	0,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MATOS COSTA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA



1	Triton	Distribuidor de esterco fertilizante 5.000 litros		2012	4.000,00	4.000,00	0,00
1	Mepel	Distribuidor de esterco Mepel 6.000		2019	4.000,00	4.000,00	0,00
1	Gial	Plantadeira 2.500 A 05 linhas		2014	6.000,00	6.000,00	0,00
1	Gial	Plantadeira 5 linhas		2019	6.000,00	6.000,00	0,00
1	Brava	Enciladeira 300MN NETZ		2014	3.000,00	3.000,00	0,00
1	Jumil	Enciladeira 4.100 SH		2010	3.000,00	3.000,00	0,00
1	Triton	Batedor nº1		2013	3.000,00	3.000,00	0,00
1	Vencedora B 380	Batedor		2019	3.000,00	3.000,00	0,00
1	Tatu	Arado 3 discos		2012	2.000,00	2.000,00	0,00
1	Farenzona	Concha de carregar calcário basculante		2012	2.000,00	2.000,00	0,00
1	Jan	Calcareadeira		2012	3.000,00	2.000,00	0,00
1		Calcarediera		2014	3.000,00	2.000,00	0,00
1	Renault FLEX	Sandero AUT1016v	ASW323 3	2010	15.000,00	15.000,00	0,00
1	Renault FLEX	Logan EXP1016v	AQS581 3	2008	15.000,00	15.000,00	0,00
* Veículos, Máquinas e Equipamentos a serem adquiridos					10.000,00	10.000,00	0,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MATOS COSTA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA



LOTE 10 – SECRETARIA DE VIAÇÃO OBRAS E URBANISMO

DESCRIÇÃO VEICULO					VALOR ESTIMADO PARA OS ITENS:		
QUANT.	MARCA	MODELO	PLACA	ANO	SERVIÇOS	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO	GAS AR CONDICIONADO
1	Mercedes Bens	Caminhão LK Pipa 1113	MAE0951	1976	13.000,00	13.000,00	0,00
1	Mercedes Bens	Caminhão Prancha 13180	MAZ2164	2000	30.000,00	30.000,00	0,00
1	Mercedes Bens	Caminhão Atron 2729 K 6X4	MMM8574	2014	20.000,00	20.000,00	2.000,00
1	Iveco	Caminhão Caçamba Tector 260 E28	QIB9171	2016	20.000,00	20.000,00	2.000,00
1	Caterpillar	Motoniveladora 120K		2013	35.000,00	35.000,00	2.000,00
1	Caterpillar	Retroesca vadeira 416E		2013	20.000,00	20.000,00	0,00
1	Randon	Retroesca vadeira RD406		2013	20.000,00	20.000,00	2.000,00
1	Ford	Caminhão Ford Cargo 815E	DXQ9783	2010/2011	10.000,00	10.000,00	0,00
1		Rolo Compact SPV68			5.000,00	5.000,00	0,00
1	Honda	Motocicleta CG 125	MDV0392	2003	3.000,00	3.000,00	0,00
1	Volkswagen	Kombi	MIX 2552	2011	10.000,00	10.000,00	0,00
1	Komatsu	Escavadeira hidráulica 130		2017	20.000,00	20.000,00	2.000,00
1	Ford	Caminhão Ford Cargo 2431	QIY2143	2018/2019	20.000,00	20.000,00	2.000,00



1	Ford	Caminhão Ford Cargo 1723 - Compactad or	QJH4284	2018/ 2019	20.000,00	20.000,00	2.000,00
1	Hyundai	Caminhão FurgãoHR HDB	MME1656	2018/ 2019	15.000,00	15.000,00	0,00
1	New Roland	Motonivelad ora		2018	20.000,00	20.000,00	2.000,00
1	São Miguel	Carreta Rebok	QHP1336	2015	2.000,00	2.000,00	0,00
2		Roçadeira			5.000,00	5.000,00	0,00
1		Motosserra			5.000,00	5.000,00	0,00
1		Betoneira			5.000,00	5.000,00	0,00
*Veículos equipamento e máquinas a serem adquiridos					30.000,00	30.000,00	6.000,00

2. TERMINOLOGIA

2.1 MECÂNICA:

2.1.1 Mecânica Geral – consiste em serviços de mecânica em motor, caixa de câmbio, carburação / injeção eletrônica e/ou bomba injetora, sistema de ignição, velas, cabos, bobinas, distribuidor e correlatos;

2.1.2 Elétrica – consiste no serviço de substituição ou reparo de partes elétricas dos veículos (faróis, condutores, comandos, setas, vidros elétricos, limpadores de pára-brisa e correlatos);

2.1.3 Sistema Hidráulico – consiste em serviços de substituição ou reparo nos sistemas hidráulicos dos veículos (freios, direção e correlatos);

2.1.4 Suspensão – consiste nos serviços de substituição e/ou reparos de amortecedores, estabilizadores, borrachas, calços, balanças e correlatos;

2.1.5 Serviços de ar-condicionado – incluindo troca de peças, higienização, troca de filtros.

2.2 RETÍFICA:

2.2.1 Serviços de retífica de motor, câmbio, diferencial e bomba injetora e correlatos.

2.3 FUNILARIA E PINTURA:

2.3.1 Serviços de trocas e/ou reparo lataria, pintura automotiva externa ou interna, com polimento, e/ou faixa de identificação do veículo, em cabine de pintura com secagem rápida;

2.3.2 Tapeçaria – consiste em serviços de substituição ou conserto de estofados e cobertura interna do veículo (forro de porta, carpete), bem como a parte mecânica do funcionamento dos bancos, portas, cintos de segurança, borrachas de vedação das portas e correlatos.

2.3 BALANCEAMENTO, ALINHAMENTO E GEOMETRIA:

2.3.1 Serviços de regulagem do sistema de rodagem dos veículos.



2.4 PEÇAS:

2.4.1 Fornecimento de peças de reposição, genuínas (novas), ou recomendadas pelas montadoras, acessórios e componentes necessários para o funcionamento do veículo.

2.4.2 As peças deverão atender às exigências de qualidade, observado os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

2.5 GÁS PARA AR CONDICIONADO:

2.5.1 Fornecimento, com mão de obra inclusa, de carga de gás para ar condicionado, conforme especificações de fábrica.

3. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS REFERENTES AOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS

Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o necessário fornecimento de peças e acessórios, para atender aos veículos equipamentos e máquinas da frota oficial do Município de Matos Costa-SC, e ainda, para todos aqueles que forem adquiridos, cedidos e emprestados durante a vigência do contrato, em que se inclui: mecânica geral, inclusive o sistema elétrico/eletrônico e hidráulico, retifica, funilaria, pintura em geral, conserto do sistema de refrigeração, ar-condicionado, serviços de tapeçaria, estofamento, balanceamento, alinhamento e geometria, alinhamento de direção, instalação de acessórios;

Quaisquer serviços pertinentes à manutenção preventiva e corretiva, não elencados acima, deverão ser atendidos e estarem em conformidade com as normas e padrões de exigências da ABNT, NBR 15831:2010 e NBR 13.032, órgãos técnicos competentes, legislações correlacionadas, normas e padrões dos fabricantes, para a prestação destes serviços;

O CONTRATADO deverá possuir ferramentas apropriadas e específicas para execução de quaisquer serviços nos veículos;

3.1 As peças, componentes, acessórios e outros materiais fornecidos pelo CONTRATADO deverão ser originais, genuínos, constantes dos catálogos dos fabricantes ou montadoras dos veículos;

O CONTRATADO deverá fornecer relatórios eletrônicos ou impressos, com os históricos de manutenção, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE.

4 – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E DAS OBRIGAÇÕES

Os serviços executados, deverão ter garantia mínima de acordo com as condições estabelecidas no edital..

5- DAS RESPONSABILIDADES DA PROPONENTE VENCEDORA:

- responsabilizar-se pela segurança bens durante execução dos serviços;
- utilizar suas próprias ferramentas e equipamentos para execução dos serviços;
- utilizar na execução dos serviços somente ferramentas recomendadas pelo fabricante;
- atender prontamente às requisições do Município para executar os serviços nos bens discriminados neste Termo de Referência;
- fornecer ao Município no prazo de **12 (doze) horas** após o recebimento da "SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO" emitida pela Administração Municipal, orçamento detalhado para execução dos reparos, discriminando quantidade de horas por serviço, com os respectivos valores de mão de obra e detalhamento das peças de reposição, se necessárias;
- fornecer orçamento impresso ou datilografado, contendo quantidade de horas, quantidade de cada peça e descrição completa da peça (se necessária), placa do veículo, data, carimbo e assinatura;
- executar os serviços contratados somente com prévia e expressa autorização formal do Município, através do recebimento da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento;



- cumprir os prazos de execução dos serviços, conforme a quantidade de horas constantes de cada orçamento;
- entregar os veículos, máquinas, tratores, equipamentos e implementos agrícolas, submetidos aos serviços devidamente limpos, ou seja, livres de resíduos provenientes da execução dos serviços, tais como, graxa, óleo, cola, tinta, poeira, etc...
- entregar os bens ao Município, somente após a conferência de todos os itens de segurança e funcionamento vistoriados;
- promover condições à fiscalização de todos os serviços contratados, bem como, dos seus procedimentos e técnicas empregados;
- devolver, no ato da saída do bem, da sua oficina, todas as peças que forem substituídas nas mesmas embalagens das utilizadas;
- transportar com segurança, pessoal habilitado e dentro das normas do Código de Trânsito Brasileiro, até o local de sua oficina os veículos, máquinas, tratores, equipamentos e implementos agrícolas do Município, que necessitarem de reparos;
- aceitar a fiscalização do Município e tomar as medidas necessárias e determinadas pelos responsáveis pela fiscalização, dando livre acesso em suas dependências a estes responsáveis, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade;
- dar livre acesso em suas dependências aos terceirizados contratados pelo Município para execução de serviços nos bens pertencentes a municipalidade;
- responsabilizar-se por quaisquer danos materiais ou pessoais que ocorrerem no decorrer da prestação de serviço, inclusive perante terceiros;
- indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao Município ou a terceiros, por ação ou omissão do seu pessoal, durante o desempenho dos serviços;
- responsabilizar-se pelo pessoal empregado na execução da prestação dos serviços a serem contratados, observando a legislação pertinente, especialmente as obrigações trabalhistas, além das despesas diretas e indiretas como transportes, estadias, alimentações, encargos sociais, fiscais, previdenciários, de ordem de classe, indenizações ou de qualquer outra que for devida, ficando o Município isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- executar os serviços objeto da contratação mediante a atuação de profissionais especializados e manter quadro de pessoal suficiente para execução dos serviços, sem interrupção;
- assumir a responsabilidade pelas providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando na ocorrência da espécie forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do Município;
- manter a ética e o sigilo nos dados e informações que tenham acesso, quando da prestação dos serviços;
- responsabilizar-se por toda e qualquer má execução do serviço prestado;
- manter-se durante a vigência da contratação, nas mesmas condições da habilitação quanto a regularidade fiscal e qualificação, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- responder pelo extravio de qualquer bem patrimonial ou de consumo do Município, em decorrência da execução dos serviços, desde que devidamente comprovado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;
- indicar o nome do empregado que será o responsável pelos contatos entre o Município e a oficina;
- arcar com a responsabilidade técnica e financeira para execução de todos os testes necessários para comprovar o desempenho dos serviços executados, na presença de servidor da Administração, designado para tal fim, como condição de aceitação final;
- aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões de até 25%;



- arcar com eventuais prejuízos causados ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução deste Contrato;
- prestar serviços com qualidade;
- indenizar danos por ventura causados ao Município e a terceiros a ele vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticadas pela Contratada, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa;
- responder por quaisquer danos pessoais e materiais que ocorrerem por sua culpa, ou por culpa do profissional técnico autorizado pela Contratada no local de trabalho;
- cumprir a legislação pertinente ao tema;
- realizar os serviços, obrigatoriamente, em sua própria sede, salvo exceção devidamente motivada e com o consentimento expresso da Administração;
- substituir, quaisquer serviços defeituosos, dentro das condições da garantia estipulada neste Termo de Referência, sem ônus adicionais para o Município, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas.

5.1 - DO MUNICÍPIO:

- enviar Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento após aprovação do orçamento;
- fornecer as peças de reposição ao FORNECEDOR dos serviços, em até 72 (setenta e duas) horas a contar do recebimento do orçamento;
- por ocasião do orçamento, deverá ser encaminhado ao Fornecedor o formulário de "SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO", no qual deverá constar:
 - número da Solicitação de Orçamento;
 - dados do veículo, máquina, trator, equipamento ou implemento agrícola, tais como: caracteres de placa; modelo; ano de fabricação; marca, e outros caracteres que possam identificar o bem a ser reparado;
 - nome e assinatura do Responsável pelo bem;
 - discriminação dos serviços pretendidos;
 - discriminação das prováveis peças a serem substituídas;
 - descrição dos defeitos reclamados;
 - formulário de Vistoria de Entrada e Saída do bem, caso a avaliação para orçamento tenha sido executada nas dependências da oficina do Fornecedor, contendo todos os campos necessários ao registro dos acessórios e componentes pertencentes ao veículo, máquina, trator, equipamento ou implemento agrícola, bem como, identificar pequenas avarias, como arranhões e amassados por exemplo, constando também campo específico para local e data com o respectivo aceite do Fornecedor.

5.2 - A contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante a contratada e com seus profissionais contratados, sendo de sua responsabilidade deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços.

6 - LOCAL DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços deverá ocorrer dentro do perímetro urbano do município de Matos Costa-SC ou da sede da contratada até máximo de 70 km do município para possibilitar a fiscalização, neste último caso a contratada é responsável pelo pagamento do guincho do veículo até sua sede.

Excepcionalmente, a execução dos serviços poderá ser em local diverso da sede do FORNECEDOR, desde que, devidamente motivado e com o expresso consentimento da Administração Municipal, sendo as despesas por conta da contratada.



7 - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

O MUNICÍPIO deverá:

- Promover, por intermédio de servidores designados, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;
- Comunicar imediatamente a proponente sobre qualquer defeito apresentado nos serviços executados;

O FORNECEDOR deverá:

- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Município;
- Zelar para que durante a vigência da contratação, sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da proponente, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a proponente da responsabilidade pela execução dos serviços.

A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

O relatório de serviços será destinado ao registro de fatos, comunicações pertinentes à execução dos serviços como conclusão e aprovação de serviços, indicações sobre a necessidade de trabalho adicional, autorização para substituição de serviços, irregularidades e providências a serem tomadas pela contratada e Fiscalização.

Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Município.

As reuniões serão documentadas por Atas de Reuniões, elaboradas pela fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsabilidades pelas providências a serem tomadas.

8. DAS SUBCONTRATAÇÕES

Admitir-se-á a subcontratação, desde que devidamente justificada e autorizada pelo Município.

O CONTRATADO ficará inteiramente e integralmente responsável pelos orçamentos, envio e recebimento dos veículos, guarda, segurança e integridade física do bem contra danos materiais, sinistros, intempéries, independente de culpa ou dolo, que venham a atingir o patrimônio do Município de forma parcial ou total, bem como pela execução e perfeita entrega dos serviços, de suas garantias, como, também, pelo faturamento, recebimento e quitação pelos serviços prestados/executados;

O CONTRATADO, mesmo não sendo executor direto dos serviços prestados, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes quando dá subcontratação. Obrigando-se a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções resultantes da prestação dos serviços, constatado visualmente ou por perito/técnico designado pelo Município, correndo estes custos por conta do CONTRATADO;

5.4 Somente o CONTRATADO deverá apresentar os orçamentos e os faturamentos mesmo para àqueles serviços que necessitarem ser subcontratados;

O CONTRATADO responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

9. DO SISTEMA CILIA

O Sistema CILIA é um software para elaboração de orçamentos, composto por um completo banco de dados de peças e serviços, que possibilita a confecção de orçamentos em poucos minutos, com total transparência para clientes particulares e seguradoras;



O banco de dados do sistema é composto pelas referências das peças, pelos preços vigentes na tarifa das montadoras e pelos tempos de mão de obra, que foram testados e homologados pelas mesmas. Esse banco de dados é atualizado freqüentemente, de acordo com as alterações efetuadas pelas montadoras;

O sistema proporciona agilidade na elaboração dos orçamentos, reduzindo a ocorrência de erros nos orçamentos, reduzindo o tempo do veículo parado na oficina;

Será utilizado o sistema CILIA para base de elaboração dos orçamentos, fixando o preço dos produtos e a hora de serviço utilizada na execução dos serviços;

O licitante que não possuir o sistema CILIA, embora possa participar do certame, deverá, na hipótese de ser CONTRATADO e no momento da elaboração do orçamento dos serviços, enviar ao Representante do CONTRATANTE (Chefe do Setor de Manutenção Veicular - SEMAV) a relação dos materiais a serem substituídos e a quantidade de horas de mão de obra previstas para a execução dos serviços, a fim de que tais informações sejam lançadas no sistema, o qual fará o cálculo do preço das peças a serem substituídas e do tempo de mão de obra a ser utilizado, já com os descontos contratados, estabelecendo, assim, os valores para o respectivo pagamento;

Ao licitante que possuir outro sistema deverão enviar o orçamento, a fim de que seja confrontado com os valores constantes do sistema CILIA.

10. DA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO E DA APROVAÇÃO

As peças e suas quantidades, bem como o número de horas e serviços a serem executados, deverão corresponder ao efetivamente necessário para a realização da respectiva manutenção do veículo, devendo a empresa se abster de propor peças, serviços e horas em desacordo com o realmente empregado em cada caso concreto. Tais parâmetros serão regidos pelo SISTEMA CILIA, contratado pelo Município. Toda divergência será passível de negativação do(s) orçamento(s) pelo Representante do Município;

As peças e suas quantidades, bem como o número de horas e serviços a serem executados, que não estiverem relacionados no SISTEMA CILIA, só terão sua execução autorizada após análise e aprovação do chefe imediato responsável pela frota municipal;

Os descontos ofertados pelo CONTRATADO deverão ser cumpridos rigorosamente sobre os preços das peças constantes no Sistema CILIA, e o não cumprimento dos descontos ofertados de acordo com os preços estipulados no orçamento será considerado inexecução parcial do contrato, submetendo-se o CONTRATADO às sanções prevista no contrato;

Caso não conste no Sistema CILIA o preço de alguma peça, lubrificante ou gás para ar condicionado a serem orçados, os descontos contratados serão aplicados sobre o preço praticado na empresa contratada.

As peças de reposição, utilizadas nos veículos em manutenção serão "ORIGINAIS", entendendo-se como tal aquela comercializada com o nome do fabricante ou da mesma marca da linha de montagem;

As peças utilizadas ou empregadas no serviço de manutenção preventiva ou corretiva deverão ser as indicadas pelo fabricante, podendo ser também genuínas, desde que sem ônus ao Município, sendo vedada a utilização de peças recondicionadas ou usadas;

Considera-se peça genuína aquela fornecida por concessionária autorizada da marca do veículo.

É permitido o recondicionamento das peças originais do veículos, quando possível, desde que não venham a interferir na segurança do veículo, mediante aprovação do Chefe do imediato do frotas municipal;

O CONTRATADO se responsabilizará pelas peças substituídas nos veículos;

Antes da apresentação do orçamento ao responsável o CONTRATADO deverá verificar se possui em estoque todos os itens orçados, bem como sua disponibilidade de mão-de-obra, os quais deverão ser programados e reservados para entrega ou aplicação imediatas, uma vez que, caso o orçamento seja aprovado pelo Município, não serão aceitas alterações de prazo, de preço, ou substituição de itens;

O tempo de execução do serviço, especificado no orçamento, não deverá exceder o estabelecido pelo sistema CILIA. Nos casos omissos será utilizada como referência aquela empregada pelo fabricante;

Os orçamentos deverão ser apresentados no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a solicitação do



credenciado do Município;

O Município poderá recusar o orçamento, pedir sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo-se o CONTRATADO a executar e fornecer o que for pelo Município aprovado;

No caso de recusa total ou parcial do orçamento, o CONTRATADO não terá direito a reclamações ou recurso, sendo somente reembolsado das despesas de desmontagens porventura ocorridas;

A solicitação de orçamento não deve ser entendida como autorização para a execução do objeto, a qual só ocorrerá mediante a emissão da Autorização de Fornecimento e/ou Serviço pelo CONTRATANTE.

11. GARANTIA DOS SERVIÇOS E PEÇAS

Todos os serviços e peças substituídas deverão ter garantia mínima de 03 (três) meses ou de 5.000km, prevalecendo aquele que ocorrer primeiro, a contar da data de emissão da Nota Fiscal.

12. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da prestação dos serviços será exercida pelo Representante do CONTRATANTE, neste ato denominado responsável do Setor, devidamente designado, cabendo aos usuários a ratificação da qualidade dos serviços prestados;

O responsável deverá ter livre acesso dentro do pátio do CONTRATADO na execução dos serviços da frota não podendo ser impedido, dentro do horário de funcionamento do estabelecimento, de aproximar-se, acompanhar a execução dos serviços e caso perceba algum problema ordenar a imediata suspensão dos serviços, para verificação dos fatos.

13. DEMAIS INFORMAÇÕES

A relação dos veículos equipamentos e máquinas, constantes acima servem apenas como referência para o quantitativo de peças e serviços a serem prestados, podendo contudo, sofrer alterações durante a execução do contrato, devido a baixa ou aquisição de novos veículos, sendo que essas alterações não implicam em reajuste no valor contratado.

14. NA AQUISIÇÃO SOMENTE DE PEÇAS: CONDIÇÕES PARA ENTREGA

As peças deverão ser entregues em até 5(CINCO) da emissão da Autorização de Fornecimento, sendo que todas as despesas de transportes, carga e descarga destes correrão por conta do FORNECEDOR.

Caso o produto não corresponda ao exigido no Edital, a empresa vencedora deverá providenciar, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a sua substituição visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital.

A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante a contratada e com seus profissionais contratados, sendo de sua responsabilidade deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços.



ANEXO II – PLANILHA DE PERCENTUAL DE DESCONTOS

LOTE 01 - Gabinete

Item	Descrição	Percentual de desconto MÍNIMO (*)
1	SERVIÇOS MECÂNICOS, conforme especificações do Anexo I - Objeto Detalhado.	7,82%
2	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE, conforme especificações do Anexo I – Objeto Detalhado.	5,46%
3	CARGA DE GÁS PARA CONDICIONADOR DE AR VEICULAR, conforme especificações do Anexo I – Objeto Detalhado.	1,12%

LOTE 02 – Fundo de Saúde

Item	Descrição	Percentual de desconto MÍNIMO (*)
1	SERVIÇOS MECÂNICOS, conforme especificações do Anexo I - Objeto Detalhado.	7,82%
2	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE, conforme especificações do Anexo I – Objeto Detalhado.	5,46%
3	CARGA DE GÁS PARA CONDICIONADOR DE AR VEICULAR, conforme especificações do Anexo I – Objeto Detalhado.	1,12%

LOTE 03 – Secretaria de Educação

Item	Descrição	Percentual de desconto MÍNIMO (*)
1	SERVIÇOS MECÂNICOS, conforme especificações do Anexo I - Objeto Detalhado.	7,82%
2	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE, conforme especificações do Anexo I – Objeto Detalhado.	5,46%
3	CARGA DE GÁS PARA CONDICIONADOR DE AR VEICULAR, conforme especificações do Anexo I – Objeto Detalhado.	1,12%

LOTE 04 – Fundo de Assistência Social

Item	Descrição	Percentual de desconto MÍNIMO (*)
1	SERVIÇOS MECÂNICOS, conforme especificações do Anexo I - Objeto Detalhado.	7,82%
2	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE, conforme especificações do Anexo I – Objeto Detalhado.	5,46%
3	CARGA DE GÁS PARA CONDICIONADOR DE AR VEICULAR, conforme especificações do Anexo I – Objeto Detalhado.	1,12%



LOTE 05 – SAMU

Item	Descrição	Percentual de desconto MÍNIMO (*)
1	SERVIÇOS MECÂNICOS, conforme especificações do Anexo I - Objeto Detalhado.	7,82%
2	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE, conforme especificações do Anexo I – Objeto Detalhado.	5,46%
3	CARGA DE GÁS PARA CONDICIONADOR DE AR VEICULAR, conforme especificações do Anexo I – Objeto Detalhado.	1,12%

LOTE 06 – Policia Militar

Item	Descrição	Percentual de desconto MÍNIMO (*)
1	SERVIÇOS MECÂNICOS, conforme especificações do Anexo I - Objeto Detalhado.	7,82%
2	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE, conforme especificações do Anexo I – Objeto Detalhado.	5,46%
3	CARGA DE GÁS PARA CONDICIONADOR DE AR VEICULAR, conforme especificações do Anexo I – Objeto Detalhado.	1,12%

LOTE 07 – Policia Civil

Item	Descrição	Percentual de desconto MÍNIMO (*)
1	SERVIÇOS MECÂNICOS, conforme especificações do Anexo I - Objeto Detalhado.	7,82%
2	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE, conforme especificações do Anexo I – Objeto Detalhado.	5,46%
3	CARGA DE GÁS PARA CONDICIONADOR DE AR VEICULAR, conforme especificações do Anexo I – Objeto Detalhado.	1,12%

LOTE 08 – Corpo de Bombeiros

Item	Descrição	Percentual de desconto MÍNIMO (*)
1	SERVIÇOS MECÂNICOS, conforme especificações do Anexo I - Objeto Detalhado.	7,82%
2	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE, conforme especificações do Anexo I – Objeto Detalhado.	5,46%
3	CARGA DE GÁS PARA CONDICIONADOR DE AR VEICULAR, conforme especificações do Anexo I – Objeto Detalhado.	1,12%



LOTE 09 – Secretaria de Agricultura

Item	Descrição	Percentual de desconto MÍNIMO (*)
1	SERVIÇOS MECÂNICOS, conforme especificações do Anexo I - Objeto Detalhado.	7,82%
2	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE, conforme especificações do Anexo I – Objeto Detalhado.	5,46%
3	CARGA DE GÁS PARA CONDICIONADOR DE AR VEICULAR, conforme especificações do Anexo I – Objeto Detalhado.	1,12%

LOTE 10 – Secretaria Obras Viação e Urbanismo

Item	Descrição	Percentual de desconto MÍNIMO (*)
1	SERVIÇOS MECÂNICOS, conforme especificações do Anexo I - Objeto Detalhado.	7,82%
2	PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO LEVE, conforme especificações do Anexo I – Objeto Detalhado.	5,46%
3	CARGA DE GÁS PARA CONDICIONADOR DE AR VEICULAR, conforme especificações do Anexo I – Objeto Detalhado.	1,12%

(*) A Planilha de Percentual de Desconto informa o desconto MÍNIMO para o objeto desta licitação.



ANEXO III
FORMULÁRIO DA PROPOSTA DE PERCENTUAL DE DESCONTOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social:	_____
Nome de Fantasia:	_____
Endereço:	_____
Bairro:	_____
Município:	_____
Estado:	_____
CEP:	_____
Fone/Fax:	_____
CNPJ:	_____
Inscrição Estadual:	_____
Inscrição Municipal:	_____

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: _____ dias.
(prazo mínimo: **90 DIAS**).
Prazo de entrega: _____ dias da Autorização.
(prazo máximo: **vide edital** .

3. DADOS BANCARIOS

Dados Bancários:		
Banco - Nome / Nº:	Agência Nº:	Conta Corrente Nº:

4. DADOS ADICIONAIS

* Dados Adicionais:	Responsável pela Assinatura do Contrato:
Nome: _____	Cargo / Função: _____
Estado Civil: _____	RG Nº: _____
Telefone / Fax: _____	E-mail: _____

* Preenchimento facultativo



Responsável NOMEADO pelo Licitante, para representá-lo conforme Cláusula ***** da Minuta do Contrato:

Nome: _____ Cargo / Função: _____
Estado Civil: _____ RG Nº: _____ CPF Nº: _____
Telefone / Fax: _____ E-mail: _____

A presente proposta tem como objeto a execução dos serviços abaixo discriminados, de acordo com as especificações constantes do presente edital.

Utilizando-se a fórmula abaixo, sendo então considerado o melhor Índice de Desconto ofertado para os lotes:

LOTE (...) -

$$ID = (MO\% \times 0,40) + (PO\% \times 0,50) + (GAC\% \times 0,10)$$

Onde:

LOTE(s) (...) = número do lote correspondente ofertado;

ID = Índice de desconto do Lote;

MO% = Percentual de desconto em serviços/mão-de-obra ofertado pelo licitante;

PO% = Percentual de desconto de Peças Originais ofertado pelo licitante;

GAC% = Percentual de desconto de Gás para Ar Condicionado ofertado pelo licitante.

O percentual de desconto ofertado (%), multiplicar-se-á com a distribuição de pesos percentuais abaixo discriminados:

- . 40% (quarenta por cento) para a mão-de-obra;
- . 50% (cinquenta por cento) para as peças originais;
- . 20% (dois por cento) para o gás para ar condicionado;

Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos no Edital, apresentar o **MAIOR ÍNDICE DE DESCONTO DO LOTE**.



DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas.

Carimbo do CNPJ: Identificação do Proponente

Matos Costa (SC), de de 2019.

Assinatura do representante
Carimbo da empresa



ANEXO IV
MODELOS

(A) CARTA DE CREDENCIAMENTO:

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF sob n.º _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Matos Costa - SC, na modalidade Pregão Presencial n.º/....., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local, ____ de _____ de 2019.

Carimbo e Assinatura do Credenciante

B) DECLARAÇÃO FIRMANDO O CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:

DECLARAMOS sob as penas da lei (art. 299 CP) para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL n.º/....., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no edital convocatório (artigo 4º, inciso 7º, da Lei nº 10.520/02).

Local, ____ de _____ de 2019.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

C) DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

..... inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) portador (a) da Carteira de Identidade n.º CPF n.º DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Local, ____ de _____ de 2019.

carimbo e Assinatura do Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



D) DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO

Ref.: Procedimento Licitatório n.º Modalidade Pregão Presencial

O signatário da presente, em nome da proponente _____, declara concordar com os termos da Licitação modalidade Pregão Presencial n.º, supramencionado e dos respectivos anexos e documentos, que a mesma acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador quanto à qualificação apenas das proponentes que hajam atendido às condições estabelecidas e demonstrem integral possibilidade de executar o(s) fornecimento(s) previsto(s). O signatário da presente declara, também, em nome da referida proponente, total concordância com a decisão que venha a ser tomada quanto a adjudicação, objeto do presente edital.

Declara, ainda, para todos os fins de direito a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2.º e Artigo 97 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Local, ____ de _____ de 2019.

(carimbo, nome e assinatura do representante legal da empresa proponente)

E) DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial n.º, instaurado pela Prefeitura Municipal de Matos Costa, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas. Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Local, ____ de _____ de 2019.

(Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente)

F) MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP

(Apresentar no credenciamento fora dos envelopes)

_____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, do CPF n.º _____,

DECLARA sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme §1º do art. 18A.º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.



() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____, ____ de _____ de 2019.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa

Obs.: Esta declaração deverá estar fora dos envelopes 01 e 02

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

G) PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO> _____, por meio de _____ <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA> _____, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. _____ <NOME COMPLETO, RG, CPF> _____, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE, NÚMERO/ANO>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances e praticar demais atos necessários ao procedimento licitatório.

Local, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Representante Legal, e Carimbo COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTORIO, Qualificação da empresa e Representante Legal.

H) MODELO QUE NÃO OCUPA CARGO POLÍTICO EM NENHUMA DAS ESFERAS (FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL)

Eu _____, portador da Carteira de Identidade RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado na Rua _____ nº _____ – Bairro _____, nesta cidade de _____, declaro para os devidos fins, sob as penas da Lei, **que não ocupo nenhum cargo político** no Serviço Público, quer seja na esfera Federal, Estadual ou Municipal, quer seja na Administração Direta ou Indireta, **cuja acumulação seja vedada**, conforme estabelece a Constituição Federal.

_____, ____ de _____ de 2019.

(Assinatura do representante Legal da Empresa Proponente)



I) DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE APÓLICE DE SEGURO

NOME/RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

Declaramos, para efeitos do atendimento do subitem _____ do Edital de Pregão Presencial N., realizado pelo MUNICÍPIO DE Matos Costa-SC, que o licitante acima qualificado entregará cópia da Apólice de Seguro contra quaisquer acidentes, inclusive naturais, roubo e furto, assumindo ainda total responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao Ministério Público Estadual ou a terceiros, enquanto os veículos estiverem sob sua guarda e quando seus empregados ou prepostos estiverem os conduzindo, caso seja consagrado vencedor do referido Pregão.

Local e data

Nome e assinatura do
representante do licitante



ANEXO V

(MINUTA) ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/2019

Aos dias do mês de de 2019, presentes de um lado o **MUNICÍPIO DE MATOS COSTA**, com sede à Rua Manoel Lourenço de Araújo, nº 137, Matos Costa, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.566.0001-51, órgão "gerenciador" do presente Registro de Preços, e demais órgãos participantes, neste ato representado pelo prefeito municipal o Sr. **RAUL RIBAS NETO**, brasileiro, casado, agente político, portador do CPF nº, residente e domiciliado nesta cidade de Matos Costa, SC, denominado **CONTRATANTE**, e de outro a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na cidade de, .., neste ato representada pelo Sr., nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito no CPF sob nº, residente e domiciliado na cidade de, denominada **FORNECEDOR**, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, referente ao Processo Licitatório nº .../2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº .../2019 para REGISTRO DE PREÇOS visando atender as necessidades do Município, nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações subseqüentes, Lei nº 10.520/02 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1- objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o necessário fornecimento de peças e acessórios, para atender aos veículos equipamento e máquinas da frota oficial do Município de Matos Costa-SC, e ainda, para todos aqueles que forem adquiridos, cedidos e emprestados durante a vigência do contrato, em que se inclui: mecânica geral, inclusive o sistema elétrico/eletrônico e hidráulico, retífica, funilaria, pintura em geral, conserto do sistema de refrigeração, ar-condicionado, serviços de tapeçaria, estofamento, balanceamento, alinhamento e geometria, alinhamento de direção, instalação de acessórios, pelo período estimado de 12 (doze) meses, seguindo cotação por veículo que segue abaixo:

1.2 . As peças deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

1.3 A relação de veículos, equipamentos e máquinas, etc., constantes no Termo de Referência - Anexo "I" servem apenas como referência para o quantitativo de peças a serem adquiridos, podendo, contudo, sofrer alterações durante a execução do contrato, devido a baixa ou aquisição de novas máquinas, sendo que essas alterações não implicam em reajuste no valor contratado.

1.4 A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício do Município perante o CONTRATADO e seus subordinados, sendo de sua responsabilidade todas as despesas com deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais que prestarão os serviços, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços.

CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 Dá-se a esta Ata de Registro de Preços o valor estimado anual de R\$ ***,00 (*****), sendo R\$ ***,00 (*****) para o item 1; R\$ ***,00 (*****) para o item 2; R\$ ***,00 (*****) para o item 3; para a contratação previstos na Cláusula Primeira e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Vigésima, sendo aplicados os descontos conforme abaixo.



Item	Descrição	Percentual de desconto
1	SERVIÇOS MECÂNICOS , conforme especificações do Anexo III do Contrato.	**%
2	PEÇAS AUTOMOTIVAS , conforme especificações do Anexo III do Contrato.	**%
3	CARGA DE GÁS , conforme especificações do Anexo III do Contrato.	**%

Para o exercício de 2019/2020 ficam os valores condicionados à prévia disponibilização dos respectivos recursos orçamentários.

2.2. Os preços propostos (descontos) serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fretes, descarregamento, materiais e produtos e limpeza, todas as despesas com deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais contratados para execução dos serviços, entrega e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO

3.1 O pagamento pela contratação do objeto da presente Licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

3.2 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega e mediante apresentação da Nota Fiscal (eletrônica) no Setor de Compras e Licitações do Município, localizado na Rua Manoel Lourenço de Araújo, n° 137, Centro, Matos Costa, SC, devidamente assinada pelo servidor responsável pelo recebimento dos produtos.

3.3 O número do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) constante das Notas Fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação. Na nota fiscal deverá constar obrigatoriamente o n° do Processo Licitatório que originou a aquisição e a assinatura do responsável pelo recebimento.

3.4 Não serão efetuados em hipótese alguma, pagamentos por meio de boletos bancários ou em espécie.

3.5 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Matos Costa-SC e ou Fundos com indicação do CNPJ específico, informado na Autorização de Fornecimento e deverá constar da nota fiscal o nome do banco, agência e o N° da conta bancária receptora do depósito, e/ou outros dados indispensáveis para a efetivação do pagamento.

3.6 De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, fica o contratado obrigado a emitir nota fiscal eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

3.7- O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: compras@matocosta.sc.gov.br, para seu devido pagamento.

3.8 O MUNICÍPIO poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, indenizações, encargos, tributos, etc, devidas pela licitante vencedora, previstos em lei ou nos termos deste Pregão Presencial.

3.9 Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou a correção monetária.

3.10 – O CONTRATADO deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.1.11 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO



providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.1.12 - Constatando-se, a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.1.13 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.1.14 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO o contraditório e a ampla defesa.

3.1.15 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso o CONTRATADO não regularize sua situação.

CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 - O CONTRATANTE possui os seguintes direitos e obrigações:

I - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a serem solicitados pelo CONTRATADO;

II - Disponibilizar infraestrutura e equipamentos para as reuniões; e,

III - Franquear o acesso, previamente agendado, dos representantes do CONTRATADO às instalações e equipamentos do MPSC, quando for necessário à execução dos serviços contratados.

O CONTRATADO possui os seguintes direitos e obrigações:

I - Dar integral cumprimento à sua proposta, a qual passa a integrar o contrato a ser firmado, independentemente de transcrição;

II - Executar, integralmente e com perfeição técnica, o objeto deste contrato;

III - Cumprir os prazos estabelecidos, sob pena de multa, sem prejuízo de outras cominações cabíveis;

IV - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

V - Suportar todos os encargos envolvidos no objeto contratado, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

VI - Responsabilizar-se pelo sigilo e confidencialidade, por si e seus empregados alocados na execução dos serviços, dos documentos e/ou informações que lhe chegarem ao conhecimento por força da execução do contrato, não podendo divulgá-los, sob qualquer pretexto; e,

VII - Responsabilizar-se por qualquer dano ou prejuízo decorrente do uso inadequado ou falta de zelo e cuidado no uso dos utensílios, materiais e equipamentos disponibilizados pelo CONTRATANTE.

VIII - Impossibilitado de cumprir o(s) prazo(s) de entrega execução dos serviços, o CONTRATADO deverá adotar os seguintes procedimentos:

IX - É vedada a prestação de serviço por empregados de empresas fornecedoras de mão de obra que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou de servidor do Ministério Público de Santa Catarina, nela compreendida o ajuste mediante o acolhimento recíproco para a prestação de serviço entre os Ministérios Públicos ou entre esses e órgãos da Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

X-O CONTRATADO ficará obrigado a fornecer as peças, objeto desta ata, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Autorização de Fornecimento.



4.2 – Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da Ata de Registro de Preços.

4.3 – O CONTRATADO deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

CLÁUSULA 5ª – DAS ENTREGAS

5.1 – Os itens deverão ser entregues de forma parcelada, durante a vigência da ata de registro de preços, conforme necessidade e solicitação do Município, de acordo com as informações contidas no edital.

5.2 - Todas as despesas referentes à entrega correrão por conta do fornecedor, despesas essas previstas e/ou computadas na proposta.

5.3 – A não entrega dentro dos prazos estabelecidos no edital, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

CLÁUSULA 6ª - DA VIGÊNCIA

6.1 – A Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o MUNICÍPIO e o contratado terá validade de **12 (doze) meses** contados a partir da assinatura da mesma.

CLÁUSULA 7ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019/2020.

CLÁUSULA 8ª - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº8.666/93.

8.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I) - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e,

III) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o contratado, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I) - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e,

II) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.5 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA 9ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando o FORNECEDOR:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;



- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

9.2 – O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

9.3 – O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA 10ª - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

10.1 - A administração da presente Ata de Registro de Preços caberá ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Matos Costa.

CLÁUSULA 11ª - DAS PENALIDADES

11.1 – Se o fornecedor descumprir as condições desta Ata ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

11.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

11.3 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 05 (Cinco) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

11.4 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) por atraso superior a 5 (cinco) dias da execução do objeto, fica(m) o(s) CONTRATADO sujeito(s) à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;

b) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto que não importe em rescisão, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;

c) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da contratação.

11.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que



aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.6 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do certame, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal garantida o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração do Município de Videira, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.7 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

11.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº8.666/93 e suas alterações.

11.9 – Nenhum pagamento será processado à fornecedora penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA 12ª - DA RESCISÃO

12.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30(trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

12.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial do objeto contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 13ª - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 – A presente Ata está vinculada ao processo licitatório nº .../2019, modalidade Pregão Presencial nº.../2019 - Registro de Preços, obrigando-se o CONTRATADO de manter, durante a vigência do presente ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.2 – O CONTRATADO obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade) e o disposto no artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93(declarada inidônea), de acordo com a declaração de que não emprega menores e declaração de idoneidade, prestadas durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

13.3 – O CONTRATADO declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA 14ª – DA FISCALIZAÇÃO

14.1 – A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(a)s do(a)s servidor(a)(es) conforme estabelecido edital.



14.2 - Caberá ao (a)(s) servidor(a)(es) designado(s) verificar se os itens, objeto da presente ata, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

CLÁUSULA 15ª - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA 16ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

16.3 - O contratado signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

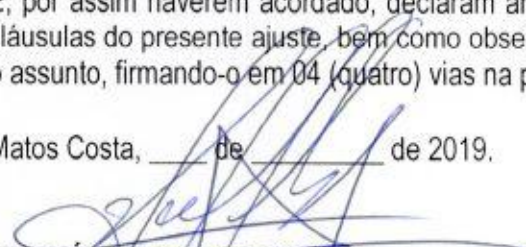
16.4 - O objeto será executado de forma indireta e sob demanda, sob o regime de tarefa, empreitada por preço unitário, conforme determina o art. 10, inciso II, alíneas "b" e "d", da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA 17ª - DO FORO

17.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Porto União, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente ajuste.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Matos Costa, ____ de ____ de 2019.


MUNICÍPIO DE MATOS COSTA
Raul Ribas Neto - Prefeito Municipal
CONTRATANTE

FORNECEDOR

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO.



Ref: Pregão Presencial n.º 07/2019

Processo Licitatório n.º 26/2019

Trata-se de análise jurídica prévia de minuta de edital de licitação e respectivos anexos, na modalidade pregão presencial – ata de registro de preços, tipo menor preço por lote, cujo objeto é o registro de preços para aquisição futura e eventual de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças para atender aos veículos do Município.

Analisando os autos, constata-se que seguiu-se o recomendado pela Lei 10.520/2002 e Lei n.º 8.666/93.

Destarte, tenho que o processo licitatório encontra-se respaldado nas leis citadas, não tendo nenhum óbice que possa ensejar a sua nulidade, razão pela qual opino pelo prosseguimento do certame.

É o parecer.

S.M.J.

Matos Costa, 10 de maio de 2019.


Grasielle Barcelos Amaral

OAB/PR 30.357

Procuradora-Geral

Matos Costa**PREFEITURA****AVISO LICITAÇÃO PR 07/2019**

Publicação Nº 2021627

AVISO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019.

O Município de Matos Costa – SC, através do Pregoeiro Oficial, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO - maior desconto por lote. Objeto: Registro de preços para Contratação futura e eventual de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o necessário fornecimento de peças e acessórios, para atender aos veículos equipamentos e máquinas da frota oficial do Município de Matos Costa, e ainda, para todos aqueles que forem adquiridos, cedidos e emprestados durante a vigência do contrato, em que se inclui: mecânica geral, inclusive o sistema elétrico/eletrônico e hidráulico, retífica, funilaria, pintura em geral, conserto do sistema de refrigeração, ar-condicionado, serviços de tapeçaria, estofamento, balanceamento, alinhamento e geometria, alinhamento de direção, instalação de acessórios, conforme especificações contidas neste edital, pelo período estimado de 12 meses. ENTREGA DOS ENVELOPES: no máximo até às 14:00 horas do dia 29/05/2019. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:30 horas do dia 29/05/2019. Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos gratuitamente, na internet, através do site <http://www.matoscosta.sc.gov.br> ou no Departamento de Compras e Licitações do Município, sito Rua Manoel Lourenço de Araújo, nº 137, fone (49) 35731111, no horário de expediente em vigor, ou pelo e-mail: licita@matoscosta.sc.gov.br. Matos Costa, SC, 16 de maio de 2019 – Eliane Ap. Cida Castilho – Pregoeira Oficial.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nr.: 1/2019 - IL

CNPJ: 83.102.566/0001-51
RUA MANOEL LOURENCO DE ARAUJO, 137
C.E.P.: 89420-000 - Matos Costa - SC

Processo Administrativo: 1/2019
Processo de Licitação: 1/2019
Data do Processo: 08/01/2019

Objeto: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.



Fornecedor: MARLI SALETE HUBLER
Endereço: RUA TEREZA CRISTINA, 145
Cidade: Matos Costa - SC
CGC/MF: 04.225.410/0001-91

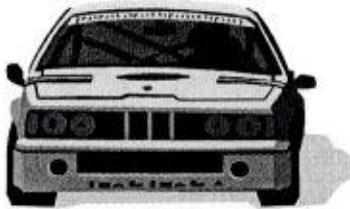
Código: 269

Inscrição Estadual: 25.433.654-0

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTAÇÃO Nr. 1

Declaramos que o fornecedor acima apresentou **proposta e documentação** as **13:40** horas do dia **29** de **Maio** de **2019**, habilitando-se para participar do Processo Licitatório acima especificado.

Assinatura do Responsável



ELETRO MECÂNICA "SAN DIEGO"

De: *MARLI SALETE HUBLER*

Rua Tereza Cristina 145, centro
MATOS COSTA – SANTA CATARINA
CNPJ: 04.225.410/0001-91



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP

MARLI SALETE HUBLER, inscrita no CNPJ sob o nº 04.225.410/0001-91, por intermédio de seu representante legal, a Sra. Marli Salete Hubler, portadora da Carteira de Identidade nº 2.169.617, do CPF nº 652.346.429-68, DECLARA sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme §1º do art. 18A.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- MICROEMPRESA**, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Matos Costa SC, 29 de Maio de 2019.

Marli Salete Hubler
Empresária

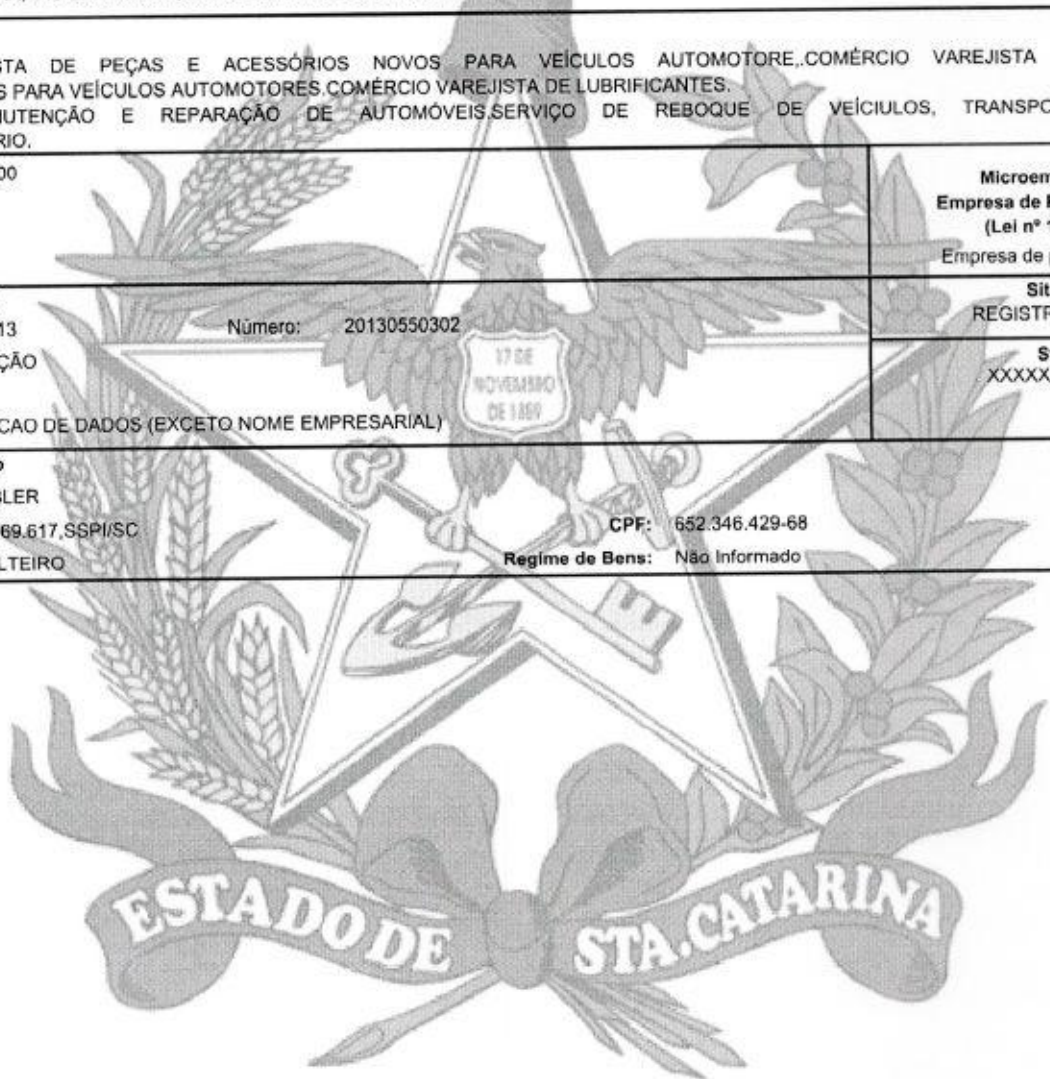


CERTIDÃO SIMPLIFICADA



Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial MARLI SALETE HUBLER			
Natureza Jurídica: EMPRESÁRIO			
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede) 42 1 0305036-6	CNPJ 04.225.410/0001-91	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo 28/09/2000	Data de Início de Atividade 01/09/2000
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP) RUA TEREZA CRISTINA, 145-BARRAÇÃO, CENTRO, MATOS COSTA, SC, 89.420-000			
Objeto Social COMÉRCIO VAREJISTA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, COMÉRCIO VAREJISTA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS USADOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, COMÉRCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES, SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE AUTOMÓVEIS, SERVIÇO DE REBOQUE DE VEÍCULOS, TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL RODOVIÁRIO.			
Capital: R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)		Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006) Empresa de pequeno porte	
Último Arquivamento Data: 01/07/2013 Ato: ALTERAÇÃO Evento(s): ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)		Número: 20130550302	Situação REGISTRO ATIVO Status XXXXXXXXXXXXXX
Nome do Empresário MARLI SALETE HUBLER		CPF: 652.346.429-68	
Identidade: 2.169.617.SSPI/SC		Regime de Bens: Não Informado	
Estado Civil: SOLTEIRO			



Florianópolis - SC, quarta-feira, 22 de maio de 2019

[Handwritten Signature]

[Handwritten Signature]
Eu, *[Handwritten Name]*
Conferi e assino.

RIASCO BORGES BARCELLOS
 Certisign - Autoridade Certificadora
 Certificado pelo Instituto Nacional de Tecnologia de Informática



Presidência da República
 Casa Civil
 Medida Provisória Nº 2.200-2,
 de 24 de agosto de 2001.

Documento Assinado Digitalmente 22/05/2019
 Junta Comercial de Santa Catarina
 CNPJ: 83.565.648.0001-32

Você deve instalar o certificado da JUCESC
www.jucesc.sc.gov.br/certificado

Simplex Nacional - Consulta Optantes



Data da consulta: 20/05/2019

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ : **04.225.410/0001-91**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial : **MARLI SALETE HUBLER**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional : **Optante pelo Simples Nacional desde 01/07/2007**

Situação no SIMEI: **NÃO optante pelo SIMEI**

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Opções pelo SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Agendamentos (Simples Nacional)

Agendamentos no Simples Nacional: **Não Existem**

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Eventos Futuros no Simples Nacional: **Não Existem**

Eventos Futuros (SIMEI)

Eventos Futuros no SIMEI: **Não Existem**

2019
A. H.
H. H.



ELETRO MECÂNICA "SAN DIEGO"

De: *MARLI SALETE HUBLER*

Rua Tereza Cristina 145, centro
MATOS COSTA – SANTA CATARINA
CNPJ: 04.225.410/0001-91



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

MARLI SALETE HUBLER EPP, inscrita no CNPJ nº 04.225.410/0001-91, sediada na Rua Tereza Cristina 145, centro, no município de Matos Costa SC, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Matos Costa SC, 29 de Maio de 2019.

Marli Salete Hubler
CPF: 652.346.429-68

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA**

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 7/2019 - PR**

CNPJ: 83.102.566/0001-51
RUA MANOEL LOURENCO DE ARAUJO, 137
C.E.P.: 89420-000 - Matos Costa - SC

Processo Administrativo: 26/2019
Processo de Licitação: 26/2019
Data do Processo: 17/05/2019

Objeto: Registro de preços para Contratação futura e eventual de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o necessário fornecimento de peças e acessórios, para atender aos veículos da frota oficial do Município de Matos Costa, e ainda, para todos aqueles que forem adquiridos, cedidos e emprestados durante a vigência do contrato, em que se inclui: mecânica geral, inclusive o sistema elétrico/eletrônico e hidráulico, retifica, funilaria, pintura em geral, conserto do sistema de refrigeração, ar.



Fornecedor: **AUTO COLETIVO CAÇADOR**
Endereço: Rua AVENIDA ENGENHEIRO LOURENÇO FAORO, 1
Cidade: Caçador - SC
CGC/MF: 83.060.327/0002-67

Código: 2699

Inscrição Estadual: 257975268

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTAÇÃO Nr. 01

Declaramos que o fornecedor acima apresentou **proposta e documentação** as **13:35** horas do dia **29** de **Maio** de **2019**, habilitando-se para participar do Processo Licitatório acima especificado.

Assinatura do Responsável

AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA

CNPJ: 83.060.327/0002-67

Insc. Municipal: 134082625 Insc. Estadual: 257.975.268

Avenida Engenheiro Lourenço Faoro, nº 1421

Fone: (49) 3563 - 3183

Bairro: São Cristóvão

CEP: 89.509-600 CAÇADOR - SC



**EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019**

**DECLARAÇÃO FIRMANDO O CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO**

Declaramos sob as penas da lei (art. 299CP) para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL nº 07/2019, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no edital convocatório (artigo 4º, inciso 7º, da Lei nº 10.520/02).

Matos Costa, 29 de maio de 2019.


Gilberto de Paula Cruz
Sócio Administrador

AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA

CNPJ: 83.060.327/0002-67

Inscrição Municipal: 134082625

Inscrição Estadual: 257.975.268

Avenida Engenheiro Lourenço Faoro – nº 1421

Bairro: São Cristóvão

CEP: 89.509-600 CAÇADOR - SC

AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA

CNPJ: 83.060.327/0002-67

Insc. Municipal: 134082625 Insc. Estadual: 257.975.268

Avenida Engenheiro Lourenço Faoro, nº 1421

Fone: (49) 3563 - 3183

Bairro: São Cristóvão

CEP: 89.509-600 CAÇADOR - SC



**EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019**

DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE APÓLICE DE SEGURO

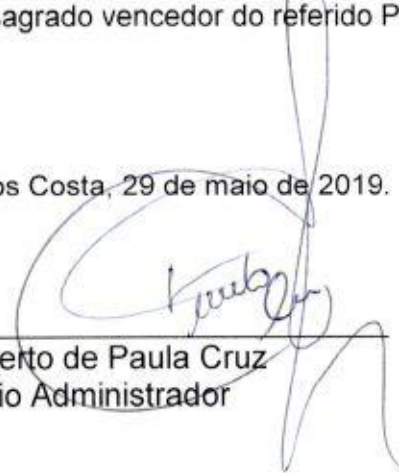
NOME / RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE: Auto Coletivo Caçador Ltda

CNPJ: 83.060.327/0002-67

ENDEREÇO: Avenida Engenheiro Lourenço Faoro, 1421, São Cristóvão – Caçador / SC

Declaramos, para efeitos do atendimento do Edital do Pregão Presencial Nº 07/2019, realizado pelo MUNICÍPIO de Matos Costa / SC, que o licitante acima qualificado entregará cópia da Apólice de Seguro contra quaisquer acidentes, inclusive naturais, roubo e furto, assumindo ainda total responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causado ao Ministério Público Estaduais ou a terceiros, enquanto os veículos estiverem sob sua guarda e quando seus empregados ou prepostos estiverem os conduzindo, caso seja consagrado vencedor do referido Pregão.

Matos Costa, 29 de maio de 2019.



Gilberto de Paula Cruz
Sócio Administrador

AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA

CNPJ: 83.060.327/0002-67

Inscrição Municipal: 134082625

Inscrição Estadual: 257.975.268

Avenida Engenheiro Lourenço Faoro – nº 1421

Bairro: São Cristóvão

CEP: 89.509-600 CAÇADOR - SC







AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA

CNPJ: 83.060.327/0002-67

Insc. Municipal: 134082625 Insc. Estadual: 257.975.268

Avenida Engenheiro Lourenço Faoro, nº 1421

Fone: (49) 3563 - 3183

Bairro: São Cristóvão

CEP: 89.509-600 CAÇADOR - SC

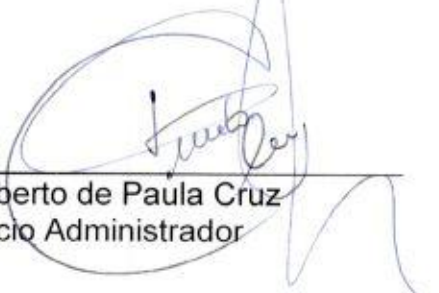


**EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019**

**DECLARAÇÃO QUE NÃO OCUPA CARGO POLÍTICO EM NENHUMA DAS
ESFERAS (FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL)**

Eu, Gilberto de Paula Cruz, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.911.185, e CPF nº 713.012.919-00, residente e domiciliado na Rua Lajes, nº 50 – Bairro Berger, na cidade de Caçador, declaro para os devidos fins, sob as penas de Lei, **que não ocupo nenhum carto político** no serviço Público, que seja na esfera Federal, Estadual ou Municipal, quer seja na Administração Direta ou Indireta, **cuja acumulação seja vedada**, conforme estabelece a Constituição Federal.

Matos Costa, 29 de maio de 2019.



Gilberto de Paula Cruz
Sócio Administrador

AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA

CNPJ: 83.060.327/0002-67

Inscrição Municipal: 134082625

Inscrição Estadual: 257.975.268

Avenida Engenheiro Lourenço Faoro – nº 1421

Bairro: São Cristóvão

CEP: 89.509-600 CAÇADOR - SC

AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA

CNPJ: 83.060.327/0002-67

Insc. Municipal: 134082625 Insc. Estadual: 257.975.268

Avenida Engenheiro Lourenço Faoro, nº 1421

Fone: (49) 3563 - 3183

Bairro: São Cristóvão

CEP: 89.509-600 CAÇADOR - SC



**EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019**

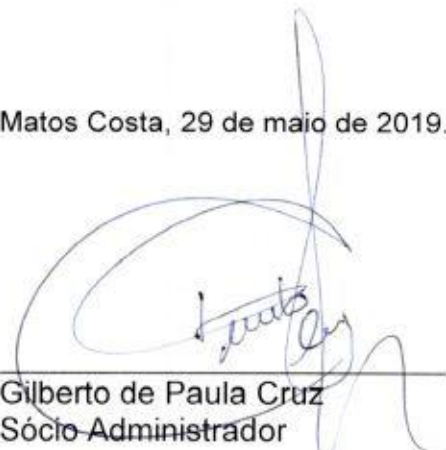
**DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E INEXISTÊNCIA DE FATOS
SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO**

REF.: Procedimento Licitatório modalidade Pregão Presencial nº 07/2019

O signatário da presente, em nome da proponente Auto Coletivo Caçador Ltda, declara concordar com os termos da Licitação modalidade Pregão Presencial nº 07/2019, supramencionado e dos respectivos anexos e documentos, que a mesma acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador quando a qualificação apenas das proponentes que hajam atendido às condições estabelecidas e demonstrem integral possibilidade de executar o(s) fornecimento(s) previsto(s). O signatário da presente declara, também, em nome da referida proponente, total concordância com a decisão que venha a ser tomada quanto a adjudicação, objeto do presente edital.

Declara, ainda, para todos os fins de direito a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º. e Artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Matos Costa, 29 de maio de 2019.



Gilberto de Paula Cruz
Sócio-Administrador

AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA

CNPJ: 83.060.327/0002-67

Inscrição Municipal: 134082625

Inscrição Estadual: 257.975.268

Avenida Engenheiro Lourenço Faoro – nº 1421

Bairro: São Cristóvão

CEP: 89.509-600 CAÇADOR - SC





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	1.911.185	DATA DE EXPEDIÇÃO	25/OUT/2017
NOME	GILBERTO DE PAULA CRUZ		
FILIAÇÃO	VICENTE FLAVIO TIVES DA CRUZ OLINDA DE PAULA CRUZ		
NATURALIDADE	CAÇADOR SC	DATA DE NASCIMENTO	18/01/1969
DOC. ORIGEM	CERT. CAS. 4541 LV B-27 FL 139 CART. REGISTRO CIVIL-BALNEÁRIO CAMBORIÚ- SC		
CPF	713.012.919-00	ASSINATURA DO DIRETOR	<i>Paulo Henrique dos Santos</i> PAULO HENRIQUE DOS SANTOS perito Criminal
CAÇADOR - SC	Diretor do Instituto de Identificação - IGP/SC LEI Nº 7.116 DE 29/08/83		

BRASIL 1988

Rafaela França
Matriçula nº 1016
Portaria nº 220/2013
09/05/2019
PREFEITURA MUNICIPAL
de Matos Costa - SC
FERRE COM O ORIGINAL

PROIBIDO PLASTIFICAR

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	ESTADO DE SANTA CATARINA	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
		<i>Paulo Henrique dos Santos</i> ASSINATURA DO TITULAR		
CARTEIRA DE IDENTIDADE				

BRASIL 1988

Paulo Henrique dos Santos
09/05/2019
[Signature]



AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA
CNPJ: 83.060.327/0001-86
ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº. 23

OLINDA DE PAULA CRUZ, brasileira, maior, natural de Caçador-SC, viúva, nascida em 21 de outubro de 1937, Empresária, portadora do CPF 950.014.509-00, Carteira de Identidade 10C/289.186, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Lages, 48, Centro, na cidade de Caçador, CEP: 89.500-326, Estado de Santa Catarina;

MARINA TIVES DA CRUZ, brasileira, maior, natural de Urupema – SC, solteira, nascida em 18 de agosto de 1944, Empresária, portadora do CPF 056.305.339-91, Carteira de Identidade 11R/383.268, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Ângelo Paganelli, 33, Centro, na cidade de Caçador, CEP: 89.500-332, Estado de Santa Catarina;

BALDUINO HARTMANN, brasileiro, maior, natural de Caçador – SC, casado sob o regime de Comunhão Universal de Bens, Empresário, portador do CPF 088.703.659-72, Carteira de Identidade 739.796, expedida pela SSP/PR, residente e domiciliado à Rua Petit Carneiro, 1083 apto. 801, Centro, na cidade de Curitiba, CEP 80.640-000, Estado do Paraná;

NELCI HARTMANN, brasileira, maior, natural de Caçador – SC, solteira, nascida em 05 de janeiro de 1955, Empresária, portadora do CPF 194.782.169-53, Carteira de Identidade 3.611.512, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Ernesto Kirchner, 29, Apto 32, Bloco B, Edifício Solare, Centro, na cidade de Caçador, CEP: 89.500-181, Estado de Santa Catarina;

SILVIA REGINA DA CRUZ, brasileira, maior, natural de Caçador – SC, Separada Judicialmente, nascida em 20 de dezembro de 1962, Professora, portadora do CPF sob nº 469.842.089-04, Carteira de Identidade 10R/ 1.335.193, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliada na Rua Henrique Cruz Garcia, 26, Ed. Nova Era, Apto 101, Centro, na cidade de Caçador, CEP: 89.500-169, Estado de Santa Catarina;

GILBERTO DE PAULA CRUZ, brasileiro, maior, natural de Caçador – SC, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Empresário, portador do CPF sob nº 713.012.919-00 Carteira de Identidade 10R/1.911.185, expedido pela SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Lages, 50, Bairro Berger, na cidade de Caçador, CEP: 89.500-326, Estado de Santa Catarina;

ERON MARCELO CRUZ, brasileiro, maior, natural de Caçador-SC, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Empresário, portador do CPF sob nº 765.830.239-20, Carteira de Identidade 10R/2.400.944, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliado à Av. 7 de Setembro, 267, Apto. 302, Centro, na cidade de Caçador, CEP: 89.500-133, Estado de Santa Catarina;

NELSON HARTMANN, brasileiro, maior, natural de Caçador – SC, separado judicialmente, nascido em 05 de janeiro de 1955, Empresário, portador do CPF 196.138.819-72, Carteira de Identidade RG 10R/327.198 expedida pela SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Manoel de Souza Santos, 27, Bairro Berger, na cidade de Caçador, CEP: 89.500-365, Estado de Santa Catarina.

Sócios da empresa **AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA**, com sede na Rua Capitulino de Moraes, 110, Centro, na cidade de Caçador no Estado de Santa Catarina, CEP 89.500-226, registrada na Junta Comercial de Santa Catarina, sob o NIRE 42200272238 em 17/09/1970 e inscrita no CNPJ sob nº.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 19/02/2019

Arquivamento 20197204023 Protocolo 197204023 de 19/02/2019 NIRE 42200272238

Nome da empresa AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucecsc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 693826047024182

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2019 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

19/02/2019



83.060.327/0001-86, com sua **Filial** na Av. Engenheiro Lourenço Faoro, 1421, Bairro São Cristovão, na cidade de Caçador no Estado de Santa Catarina, CEP 89.509-600, Nire 42901112385 e CNPJ: 83.060.327/0002-67 resolvem assim alterar e consolidar seu Contrato Social conforme as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA 1ª - REDUÇÃO DE CAPITAL: Neste ato, ocorre redução do capital social da empresa, e de acordo com a legislação, foi publicado a Ata com data de 21/09/2018, no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, número 20.873 página 33 em data de 10/10/2018 e também no Jornal Local de Grande Circulação com o nome de Jornal Informe, número 2.975, Página 05, em data de 13/10/2018, onde o Capital Social da empresa que atualmente é de R\$ 1.449.375,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta e nove mil e trezentos e setenta e cinco reais), passará a ser de R\$ 1.200.375,00 (um milhão duzentos mil e trezentos e setenta e cinco reais), onde este valor de R\$ 249.000,00 (duzentos e quarenta e nove mil reais), da redução de capital se dará com a retirada dos seguintes bens imóveis da empresa Auto Coletivo Caçador Ltda:

1. Terreno urbano, sem benfeitorias, com a área de 31.333,77 (trinta e um mil, trezentos e trinta e três metros e setenta e sete decímetros quadrados), designado de sub quinhão 02 A, situado na Fazenda Bom Sucesso, na Rodovia SC 302, Neste Município e Comarca de Caçador-SC, de propriedade da empresa Auto Coletivo Caçador Ltda, registrado no Cartório de registro de imóveis sob matrícula 21.607, ficha nº 01; no valor de R\$ 164.000,00 (cento e sessenta e quatro mil reais);
2. Terreno urbano, sem benfeitorias, com a área de 1.644,38 (um mil seiscentos e quarenta e quatro metros e trinta e oito decímetros quadrados), representado pela Gleba 1 da planta de desmembramento do imóvel, situado nas Ruas Salgado Filho e Capitulino de Moraes, Neste Município e Comarca de Caçador-SC, de propriedade da empresa Auto Coletivo Caçador Ltda, registrado no Cartório de registro de imóveis sob matrícula 34.518, ficha nº 01; no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
3. Terreno urbano, sem benfeitorias, com a área de 450,00 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), constituído pelo lote nº 26, da quadra "E" do loteamento Dona Nagib, Neste Município e Comarca de Caçador-SC, de propriedade da empresa Auto Coletivo Caçador Ltda, registrado no Cartório de registro de imóveis sob matrícula 24.645, ficha nº 01; no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);

Nesta operação os atuais sócios da Auto Coletivo Caçador Ltda, irão receber os bens imóveis acima mencionados, referente a esta redução do capital na mesma proporção que hoje eles participam no quadro social da empresa Auto Coletivo Caçador, ficando descrita da seguinte forma esta redução de capital:

Parágrafo Primeiro – A atual sócia **OLINDA DE PAULA CRUZ**, devidamente qualificada no preâmbulo desta alteração, atualmente possuidora de 200.000 (duzentas mil) cotas de capital no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando o valor total de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), neste ato reduz seu capital para R\$ 165.638,00 (cento e sessenta e cinco mil, seiscentos e trinta e oito reais), onde a redução no valor de R\$ 34.362,00 (trinta e quatro mil, trezentos e sessenta e dois reais), será recebido pela sócia **OLINDA DE PAULA CRUZ**, com a entrega por parte da empresa Auto Coletivo Caçador Ltda, de 13,80% (treze ponto oitenta por cento) do valor total dos bens imóveis citados acima na cláusula primeira nos itens 1; 2 e 3, assim relacionados:

- Do imóvel matrícula 21.607 citado no item 1, da cláusula primeira será recebido o valor de R\$ 22.632,00 (vinte e dois mil seiscentos e trinta e dois reais);



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 19/02/2019

Arquivamento 20197204023 Protocolo 197204023 de 19/02/2019 NIRE 42200272238

Nome da empresa AUTO COLETIVO CACADOR LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucecsc.gov.br/autenticacao/Documentos/autenticacao.aspx>

Chancela 693826047024182

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2019 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral.

19/02/2019



- Do imóvel matrícula 34.518 citado no item 2 da cláusula primeira, será recebido o valor de R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais);
- Do imóvel matrícula 24.645 citado no item 3 da cláusula primeira, será recebido o valor de R\$ 4.830,00 (quatro mil, oitocentos e trinta reais);

Parágrafo Segundo – A atual sócia **MARINA TIVES DA CRUZ**, devidamente qualificada no preâmbulo desta alteração, atualmente possuidora de 180.000 (cento e oitenta mil) cotas de capital no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando o valor total de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), neste ato reduz seu capital para R\$ 149.074,00 (cento e quarenta e nove mil, e setenta e quatro reais), onde a redução no valor de R\$ 30.926,00 (trinta mil, novecentos e vinte e seis reais), será recebido pela sócia **MARINA TIVES DA CRUZ**, com a entrega por parte da empresa Auto Coletivo Caçador Ltda, de 12,42% (doze ponto quarenta e dois por cento) do valor total dos bens imóveis citados acima na cláusula primeira nos itens 1; 2 e 3, assim relacionados:

- Do imóvel matrícula 21.607 citado no item 1, da cláusula primeira será recebido o valor de R\$ 20.369,00 (vinte mil trezentos e sessenta e nove reais);
- Do imóvel matrícula 34.518 citado no item 2 da cláusula primeira, será recebido o valor de R\$ 6.210,00 (seis mil duzentos e dez reais);
- Do imóvel matrícula 24.645 citado no item 3 da cláusula primeira, será recebido o valor de R\$ 4.347,00 (quatro mil, trezentos e quarenta e sete reais);

Parágrafo Terceiro – A atual sócia **NELCI HARTMANN**, devidamente qualificada no preâmbulo desta alteração, atualmente possuidora de 223.958 (duzentas e vinte e três mil, novecentos e cinquenta e oito) cotas de capital no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando o valor total de R\$ 223.958,00 (duzentas e vinte e três mil, novecentos e cinquenta e oito reais), neste ato reduz seu capital para R\$ 185.487,00 (cento e oitenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e sete reais), onde a redução no valor de R\$ 38.471,00 (trinta e oito mil, quatrocentos e sessenta e um reais), será recebido pela sócia **NELCI HARTMANN**, com a entrega por parte da empresa Auto Coletivo Caçador Ltda, de 15,45% (quinze ponto quarenta e cinco por cento) do valor total dos bens imóveis citados acima na cláusula primeira nos itens 1; 2 e 3, assim relacionados:

- Do imóvel matrícula 21.607 citado no item 1, da cláusula primeira será recebido o valor de R\$ 25.338,00 (vinte e cinco mil trezentos e trinta e oito reais);
- Do imóvel matrícula 34.518 citado no item 2 da cláusula primeira, será recebido o valor de R\$ 7.725,00 (sete mil e setecentos e vinte e cinco reais);
- Do imóvel matrícula 24.645 citado no item 3 da cláusula primeira, será recebido o valor de R\$ 5.408,00 (cinco mil, quatrocentos e oito reais);

Parágrafo Quarto – A atual sócia **SILVIA REGINA DA CRUZ**, devidamente qualificada no preâmbulo desta alteração, atualmente possuidora de 140.000 (cento e quarenta mil) cotas de capital no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando o valor total de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), neste ato reduz seu capital para R\$ 115.946,00 (cento e quinze mil, novecentos e quarenta e seis reais), onde a redução no valor de R\$ 24.054 (vinte e quatro mil, e cinquenta e quatro reais), será recebido pela sócia **SILVIA REGINA DA CRUZ**, com a entrega por parte da empresa Auto Coletivo Caçador Ltda, de 9,66% (nove ponto, sessenta e seis por cento) do valor total dos bens imóveis citados acima na cláusula primeira nos itens 1; 2 e 3, assim relacionados:

- Do imóvel matrícula 21.607 citado no item 1, da cláusula primeira será recebido o valor de R\$ 15.843,00 (quinze mil, oitocentos e quarenta e três reais);

19/02/2019



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 19/02/2019

Arquivamento 20197204023 Protocolo 197204023 de 19/02/2019 NIRE 42200272238

Nome da empresa AUTO COLETIVO CACADOR LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucec.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 693826047024182

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2019 por Henry Gey Fery Neto - Secretário-geral;



- Do imóvel matrícula 34.518 citado no item 2 da cláusula primeira, será recebido o valor de R\$ 4.830,00 (quatro mil, oitocentos e trinta reais);
- Do imóvel matrícula 24.645 citado no item 3 da cláusula primeira, será recebido o valor de R\$ 3.381,00 (três mil, trezentos e oitenta e um reais);

Parágrafo Quinto – O atual sócio **GILBERTO DE PAULA CRUZ**, devidamente qualificado no preâmbulo desta alteração, atualmente possuidor de 140.000 (cento e quarenta mil) cotas de capital no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando o valor total de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), neste ato reduz seu capital para R\$ 115.946,00 (cento e quinze mil, novecentos e quarenta e seis reais), onde a redução no valor de R\$ 24.054 (vinte e quatro mil, e cinquenta e quatro reais), será recebido pelo sócio **GILBERTO DE PAULA CRUZ**, com a entrega por parte da empresa Auto Coletivo Caçador Ltda, de 9.66% (nove ponto, sessenta e seis por cento) do valor total dos bens imóveis citados acima na cláusula primeira nos itens 1; 2 e 3, assim relacionados:

- Do imóvel matrícula 21.607 citado no item 1, da cláusula primeira será recebido o valor de R\$ 15.842,00 (quinze mil, oitocentos e quarenta e dois reais);
- Do imóvel matrícula 34.518 citado no item 2 da cláusula primeira, será recebido o valor de R\$ 4.830,00 (quatro mil, oitocentos e trinta reais);
- Do imóvel matrícula 24.645 citado no item 3 da cláusula primeira, será recebido o valor de R\$ 3.381,00 (três mil, trezentos e oitenta e um reais);

Parágrafo Sexto – O atual sócio **ERON MARCELO CRUZ**, devidamente qualificado no preâmbulo desta alteração, atualmente possuidor de 140.000 (cento e quarenta mil) cotas de capital no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando o valor total de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), neste ato reduz seu capital para R\$ 115.946,00 (cento e quinze mil, novecentos e quarenta e seis reais), onde a redução no valor de R\$ 24.054 (vinte e quatro mil, e cinquenta e quatro reais), será recebido pelo sócio **ERON MARCELO CRUZ**, com a entrega por parte da empresa Auto Coletivo Caçador Ltda, de 9.66% (nove ponto, sessenta e seis por cento) do valor total dos bens imóveis citados acima na cláusula primeira nos itens 1; 2 e 3, assim relacionados:

- Do imóvel matrícula 21.607 citado no item 1, da cláusula primeira será recebido o valor de R\$ 15.842,00 (quinze mil, oitocentos e quarenta e dois reais);
- Do imóvel matrícula 34.518 citado no item 2 da cláusula primeira, será recebido o valor de R\$ 4.830,00 (quatro mil, oitocentos e trinta reais);
- Do imóvel matrícula 24.645 citado no item 3 da cláusula primeira, será recebido o valor de R\$ 3.381,00 (três mil, trezentos e oitenta e um reais);

Parágrafo Sétimo – O atual sócio **BALDUINO HARTMANN**, devidamente qualificado no preâmbulo desta alteração, atualmente possuidor de 183.958 (cento e oitenta e três mil e novecentos e cinquenta e oito) cotas de capital no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando o valor total de R\$ 183.958,00 (cento e oitenta e três mil, novecentos e cinquenta e oito mil reais), neste ato reduz seu capital para R\$ 152.361,00 (cento e cinquenta e dois mil, trezentos e sessenta e um reais), onde a redução no valor de R\$ 31.597 (trinta e um mil, e quinhentos e noventa e sete reais), será recebido pela sócio **BALDUINO HARTMANN**, com a entrega por parte da empresa Auto Coletivo Caçador Ltda, de 12.69% (doze ponto, sessenta e nove por cento) do valor total dos bens imóveis citados acima na cláusula primeira nos itens 1; 2 e 3, assim relacionados:



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 19/02/2019

Arquivamento 20197204023 Protocolo 197204023 de 19/02/2019 NIRE 42200272238

Nome da empresa AUTO COLETIVO CACADOR LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regm.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 693826047024182

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2019 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

19/02/2019

- Do imóvel matrícula 21.607 citado no item 1, da cláusula primeira será recebido o valor de R\$ 20.811,00 (vinte mil, oitocentos e onze reais);
- Do imóvel matrícula 34.518 citado no item 2 da cláusula primeira, será recebido o valor de R\$ 6.345,00 (seis mil, trezentos e quarenta e cinco reais);
- Do imóvel matrícula 24.645 citado no item 3 da cláusula primeira, será recebido o valor de R\$ 4.441,00 (quatro mil, quatrocentos e quarenta e um reais);

Parágrafo Oitavo – O atual sócio **NELSON HARTMANN**, devidamente qualificado no preâmbulo desta alteração, atualmente possuidor de 241.459 (duzentos e quarenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e nove) cotas de capital no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando o valor total de R\$ 241.459,00 (duzentos e quarenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais), neste ato reduz seu capital para R\$ 199.975,00 (cento e noventa e nove mil, novecentos e setenta e cinco reais), onde a redução no valor de R\$ 31.597 (trinta e um mil, quinhentos e noventa e sete reais), será recebido pelo sócio **NELSON HARTMANN**, com a entrega por parte da empresa Auto Coletivo Caçador Ltda, de 16.66% (dezesesseis ponto, sessenta e seis por cento) do valor total dos bens imóveis citados acima na cláusula primeira nos itens 1; 2 e 3, assim relacionados:

- Do imóvel matrícula 21.607 citado no item 1, da cláusula primeira será recebido o valor de R\$ 27.323,00 (vinte e sete mil, trezentos e vinte e três reais);
- Do imóvel matrícula 34.518 citado no item 2 da cláusula primeira, será recebido o valor de R\$ 8.330,00 (oito mil, trezentos e trinta mil reais);
- Do imóvel matrícula 24.645 citado no item 3 da cláusula primeira, será recebido o valor de R\$ 5.831,00 (cinco mil, oitocentos e trinta e um reais);

CLÁUSULA 2ª -RETIRADA DE SÓCIOS E VENDA DE COTAS: Retiram-se da sociedade os Sócios:

- **NELCI HARTMANN** detentora de 185.487 (cento e oitenta e cinco mil e quatrocentos e oitenta e sete) cotas de capital, no valor nominal de R\$ 1,00 (um) real cada totalizando de R\$ 185.487,00 (cento e oitenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e sete reais), vendendo nesta data a totalidade de suas cotas para os sócios remanescentes da seguinte forma:
 - Para o sócio **ERON MARCELO CRUZ**, vende e transfere parte de suas cotas sendo 92.744 (noventa e duas mil e setecentos e quarenta e quatro cotas) pelo valor total de R\$ 92.744,00 (noventa e dois mil, setecentos e quarenta e quatro reais) com pagamento no presente ato em moeda corrente do País, pelo que o cedente dá plena, geral e raza quitação.
 - Para o sócio **GILBERTO DE PAULA CRUZ**, vende e transfere o restante de suas cotas sendo 92.743 (noventa e duas mil e setecentos e quarenta e três cotas) pelo valor total de R\$ 92.743,00 (noventa e dois mil, setecentos e quarenta e três reais) com pagamento no presente ato em moeda corrente do País, pelo que o cedente dá plena, geral e raza quitação.
- **BALDUINO HARTMANN** detentor de 152.361 (cento e cinquenta e dois mil, trezentos e sessenta e uma mil) cotas de capital, no valor nominal de R\$ 1,00 (um) real cada totalizando o valor de R\$ 152.361,00 (cento e cinquenta e dois mil, trezentos e sessenta e um reais), vendendo nesta data a totalidade de suas cotas para os sócios remanescentes da seguinte forma:
 - Para o sócio **ERON MARCELO CRUZ**, vende e transfere parte de suas cotas sendo 76.180 (setenta e seis mil, cento e oitenta cotas) pelo valor total de R\$ 76.180,00 (setenta e



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 19/02/2019

Arquivamento 20197204023 Protocolo 197204023 de 19/02/2019 NIRE 42200272238

Nome da empresa AUTO COLETIVO CACADOR LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 693826047024182

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2019 por Henry Goy Berry Neto - Secretário-geral;

19/02/2019



seis mil, cento e oitenta reais) com pagamento no presente ato em moeda corrente do País, pelo que o cedente dá plena, geral e raza quitação.

- o Para o sócio **GILBERTO DE PAULA CRUZ**, vende e transfere parte de suas cotas sendo 76.181 (setenta e seis mil, cento e oitenta e uma cotas) pelo valor total de R\$ 76.181,00 (setenta e seis mil, cento e oitenta e um reais) com pagamento no presente ato em moeda corrente do País, pelo que o cedente dá plena, geral e raza quitação

Todos os sócios declaram conhecer a situação econômico-financeira da sociedade, ficando desta forma sub-rogados nos direitos e obrigações legais decorrentes deste instrumento.

Face às alterações supras, o capital social todo ele subscrito e integralizado em moeda corrente nacional fica assim distribuído entre os sócios:

DEMONSTRAÇÃO DE COTAS

SÓCIOS	COTAS	VALOR R\$	PERCENTUAL
OLINDA DE PAULA CRUZ	165.638	165.638,00	13,80%
MARINA TIVES DA CRUZ	149.074	149.074,00	12,42%
SILVIA REGINA DA CRUZ	115.946	115.946,00	9,66%
GILBERTO DE PAULA CRUZ	284.871	284.871,00	23,73%
ERON MARCELO CRUZ	284.871	284.871,00	23,73%
NELSON HARTMANN	199.975	199.975,00	16,66%
TOTAL	1.200.375	1.200.375,00	100,000%

CLÁUSULA 3ª- RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA 4ª - A administração da sociedade, caberá ao sócio **GILBERTO DE PAULA CRUZ** e **ERON MARCELO CRUZ**, que terão a denominação de Administradores, em conjunto ou isoladamente de acordo ao que dispõe o Parágrafo Terceiro e Quarto desta Cláusula, e dentro dos limites fixados em lei e neste contrato, ficam investidos dos mais amplos e gerais poderes de gestão, que possibilitem à prática de todos os atos necessários a sociedade, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, sendo-lhe, contudo vedado o uso do nome empresarial, no oferecimento de avais, fianças ou garantias em favor de terceiros, e também podendo inclusive nomear procuradores. Os administradores estão dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo 1º. - O mandato do administrador será por prazo indeterminado.

Parágrafo 2º. - Os sócios, de comum acordo, fixarão uma retirada mensal a título de pró-labore observadas as disposições regularmente pertinentes.

Parágrafo 3º. Cada sócio administrador somente poderá usar o nome empresarial em conjunto para:

- Adquirir, alienar, onerar imóveis e outros bens da sociedade;
- Dar no todo ou parte imóveis, veículos ou outros bens quaisquer da sociedade em penhor, hipoteca, alienação fiduciária ou onerá-los por qualquer outro modo;
- Contratar empréstimo ou financiamentos, que forem contraídos ou obtidos pela sociedade em qualquer estabelecimento de crédito ou banco;



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 19/02/2019

Arquivamento 20197204023 Protocolo 197204023 de 19/02/2019 NIRE 42200272238

Nome da empresa AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucec.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 693826047024182

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2019 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

19/02/2019



- Associar-se a outras empresas, ainda que de objetivo diferente;
- Fixar e fazer contribuições a fundações de quaisquer naturezas inclusive as instituições filantrópicas e de pesquisas científicas;
- Deliberar a instalação de agências, filiais ou sucursais em qualquer parte do território nacional;
- Nomear procuradores idôneos com poderes específicos, sócios ou pessoas estranhas à sociedade pelo prazo máximo de até um ano, sendo que esta procuração poderá ser outorgada conjunta ou isoladamente.

Parágrafo 4º. - Cada sócio administrador poderá usar o nome empresarial isoladamente para:

- Admissão e demissão de funcionários
- Movimentação de contas correntes bancárias e contas de aplicações;
- Efetuar recebimentos e pagamentos;
- Representar a empresa junto a todas as Repartições e Instituições Públicas e Entidades não Governamentais e de Classe;

CLÁUSULA 5ª - Fica decidido entre os sócios que poderá haver distribuição de lucros, desproporcional desde que aprovado por todos os sócios, em reunião de sócios devidamente registrada em Ata. Fica também decidido que poderá haver distribuição de lucros nos termos acima, em qualquer mês, mediante apuração contábil.

CLÁUSULA 6ª - DISPOSIÇÃO FINAL: As demais cláusulas do contrato social, não atingidas por esta alteração contratual, permanecem inalteradas.

CLÁUSULA 7ª - REFORMA E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL: À vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

“CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL”

CLÁUSULA 1ª - A sociedade gira sob o nome empresarial “**AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA**” e tem sede e domicílio na Rua Capitulino de Moraes, 110, Bairro Centro, na cidade de Caçador, no Estado de Santa Catarina, CEP 89.500-226, com sua **Filial** na Av. Engenheiro Lourenço Faoro, 1421, Bairro São Cristovão, Nire 42901112385 e CNPJ 83.060.327/0002-67 na cidade de Caçador no Estado de Santa Catarina, CEP 89.509-600.

CLÁUSULA 2ª - A empresa tem como objeto social:

- 1 - Transporte coletivo urbano de passageiros municipal;
- 2 - Turismo – Transporte rodoviário de passageiros estadual, interestadual e internacional.
- 3 - Comércio Varejista de Peças e Acessórios Novos para Veículos Automotores (Baterias, Materiais Elétricos e Peças e Acessórios para ônibus);
- 4 – Comércio Varejista de Pneumáticos e Câmaras de Ar.
- 5 – Serviços de Manutenção, Chapeação e Reparação Mecânica de Veículos Automotores.

PARÁGRAFO ÚNICO – A Filial exercerá as seguintes atividades:

- 1 - Comércio Varejista de Peças e Acessórios Novos para Veículos Automotores (Baterias, Materiais Elétricos e Peças e Acessórios para ônibus);
- 2 – Comércio Varejista de Pneumáticos e Câmaras de Ar.
- 3 – Serviços de Manutenção, Chapeação e Reparação Mecânica e Elétrica de Veículos Automotores.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 19/02/2019

Arquivamento 20197204023 Protocolo 197204023 de 19/02/2019 NIRE 42200272238

Nome da empresa AUTO COLETIVO CACADOR LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 693826047024182

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2019 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral.

19/02/2019



CLÁUSULA 3ª. - O capital social é de R\$ 1.200.375,00 divididos em (um milhão duzentos mil e trezentos e setenta e cinco mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada totalizando o valor de R\$ 1.200.375,00 (um milhão duzentos mil e trezentos e setenta e cinco reais), ficando assim distribuído entre os sócios:

DEMONSTRAÇÃO DE COTAS

SÓCIOS	COTAS	VALOR R\$	PERCENTUAL
OLINDA DE PAULA CRUZ	165.638	165.638,00	13,80%
MARINA TIVES DA CRUZ	149.074	149.074,00	12,42%
SILVIA REGINA DA CRUZ	115.946	115.946,00	9,66%
GILBERTO DE PAULA CRUZ	284.871	284.871,00	23,73%
ERON MARCELO CRUZ	284.871	284.871,00	23,73%
NELSON HARTMANN	199.975	199.975,00	16,66%
TOTAL	1.200.375	1.200.375,00	100,000%

CLÁUSULA 4ª. - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos demais sócios, na forma descrita na Cláusula 12ª, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição.

Parágrafo 1º. - Fica acordado que doações das cotas sociais de ascendentes para descendentes não necessitam de consentimento dos demais sócios.

Parágrafo 2º. - O aumento ou redução do capital deverá ser decidido por $\frac{3}{4}$ dos sócios e será na mesma proporção das cotas que possuírem. Caso algum dos sócios não queira integralizar sua proporção terá sua participação reduzida proporcionalmente ao aumento de capital.

CLÁUSULA 5ª. - **RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme artigo 1052 do código civil.

CLÁUSULA 6ª. - A sociedade iniciou suas atividades em 01 de Agosto de 1970 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA 7ª. - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA 8ª. - A administração da sociedade, caberá ao sócio **GILBERTO DE PAULA CRUZ** e **ERON MARCELO CRUZ**, que terão a denominação de Administradores, em conjunto ou isoladamente de acordo ao que dispõe o Parágrafo Terceiro e Quarto desta Cláusula, e dentro dos limites fixados em lei e neste contrato, ficam investidos dos mais amplos e gerais poderes de gestão, que possibilitem à prática de todos os atos necessários a sociedade, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, sendo-lhe, contudo vedado o uso do nome empresarial, no oferecimento de avais, fianças ou garantias em favor de terceiros, e também podendo inclusive nomear procuradores. Os administradores estão dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo 1º. - O mandato do administrador será por prazo indeterminado.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 19/02/2019

Arquivamento 20197204023 Protocolo 197204023 de 19/02/2019 NIRE 42200272238

Nome da empresa: AUTO COLETIVO CACADOR LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucec.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 693826047024182

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2019 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

19/02/2019



Parágrafo 2º. – Os sócios, de comum acordo, fixarão uma retirada mensal a título de pró-labore observadas as disposições regularmente pertinentes.

Parágrafo 3º. Cada sócio administrador somente poderá usar o nome empresarial em conjunto para:

- Adquirir, alienar, onerar imóveis e outros bens da sociedade;
- Dar no todo ou parte imóveis, veículos ou outros bens quaisquer da sociedade em penhor, hipoteca, alienação fiduciária ou onerá-los por qualquer outro modo;
- Contratar empréstimo ou financiamentos, que forem contraídos ou obtidos pela sociedade em qualquer estabelecimento de crédito ou banco;
- Associar-se a outras empresas, ainda que de objetivo diferente;
- Fixar e fazer contribuições a fundações de quaisquer naturezas inclusive as instituições filantrópicas e de pesquisas científicas;
- Deliberar a instalação de agências, filiais ou sucursais em qualquer parte do território nacional;
- Nomear procuradores idôneos com poderes específicos, sócios ou pessoas estranhas à sociedade pelo prazo máximo de até um ano, sendo que esta procuração poderá ser outorgada conjunta ou isoladamente.

Parágrafo 4º. - Cada sócio administrador poderá usar o nome empresarial isoladamente para:

- Admissão e demissão de funcionários
- Movimentação de contas correntes bancárias e contas de aplicações;
- Efetuar recebimentos e pagamentos;
- Representar a empresa junto a todas as Repartições e Instituições Públicas e Entidades não Governamentais e de Classe;

CLÁUSULA 9ª. – O balanço geral será levantado em 31 de dezembro de cada ano, cabendo aos sócios dar a destinação dos lucros ou perdas apurados, sendo sempre respeitado a proporção de suas quotas e o disposto no Art. 1059 do código civil.

CLÁUSULA 10ª. – Pode o sócio ser excluído quando a maioria dos sócios, representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

Parágrafo 1º – A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

Parágrafo 2º – Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

Parágrafo 3º – No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios ou dissolução da sociedade, o valor das quotas, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantada, à data da resolução, e seus haveres lhe serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

Parágrafo 4º – Podem os sócios remanescentes suprir o valor da quota.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 19/02/2019

Arquivamento 20197204023 Protocolo 197204023 de 19/02/2019 NIRE 42200272238

Nome da empresa AUTO COLETIVO CACADOR LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juicesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 693826047024182

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2019 por Henry Gov Petry Neto - Secretario-geral

19/02/2019



Parágrafo 5º - A retirada, exclusão ou morte de sócios, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade.

CLÁUSULA 11ª - Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA 12ª - O sócio que desejar se retirar da sociedade deverá comunicar, por escrito, aos demais sócios dando prazo mínimo de 30 (trinta) dias para que exerçam as preferências de compra das cotas. Caso não haja interesse dos atuais sócios poderão ser vendidas a um terceiro, em igualdade de condições.

Parágrafo Único - A sociedade poderá antecipar-se a venda das cotas sociais a terceiros, por deliberação de $\frac{3}{4}$ dos sócios remanescentes, e neste caso a sociedade irá indicar a preferência de aquisição das cotas pelos sócios remanescentes, indicando para qual ou quais sócios será realizado a venda das cotas sociais.

CLÁUSULA 13ª - Em caso de litígio, o valor de venda de cotas sociais, será apurado mediante levantamento contábil do patrimônio da empresa naquela data.

CLÁUSULA 14ª - As deliberações sociais que impliquem em alteração contratual, serão tomadas com os seguintes quórum:

- $\frac{3}{4}$ do capital social para modificação do contrato social, fusão, exclusão de sócio e a dissolução da sociedade;

- Mais da metade do capital social para designação dos administradores, quando feita em separado, a destituição dos administradores, o modo da remuneração e o pedido de recuperação judicial.

CLÁUSULA 15ª - Os sócios poderão realizar anualmente por convocação dos Administradores, Reuniões de Sócios, preferencialmente nos quatro meses seguintes ao término do exercício social para aprovação das Demonstrações Contábeis, fixação de pró-labore, eleição dos administradores e demais assuntos de interesse da empresa.

Parágrafo 1º - As reuniões de sócios extraordinárias poderão ser realizadas sempre que os interesses sociais exigirem, por convocação dos Administradores ou maioria dos sócios.

Parágrafo 2º - Os sócios presentes nomearão o Presidente e o Secretário para comporem a mesa que dirigirá a reunião de Sócios.

Parágrafo 3º - A convocação da reunião deverá ser por escrito informando a ordem do dia, data, hora e local da reunião.

CLÁUSULA 16ª - Fica decidido entre os sócios que poderá haver distribuição de lucros, desproporcional desde que aprovado por todos os sócios, em reunião de sócios devidamente registrada em Ata. Fica também decidido que poderá haver distribuição de lucros nos termos acima, em qualquer mês, mediante apuração contábil.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 19/02/2019

Arquivamento 20197204023 Protocolo 197204023 de 19/02/2019 NIRE 42200272238

Nome da empresa AUTO COLETIVO CACADOR LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucecsc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 693826047024182

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2019 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral.

19/02/2019



CLÁUSULA 17ª. - Fica eleito o foro da Comarca de Caçador, no Estado de Santa Catarina para qualquer ação fundada neste contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento com as Testemunhas em 01 (uma) via para que produza seus devidos e legais efeitos, obrigando-se todos a bem e fielmente cumpri-lo, entre si, seus herdeiros e/ou sucessores.

Caçador-SC, 14 de Janeiro de 2019

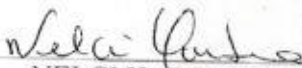

ERON MARCELO CRUZ
CPF: 765.830.239-20


GILBERTO DE PAULA CRUZ
CPF: 713.012.919-00


OLINDA DE PAULA CRUZ
CPF: 950.014.509-00


MARINA FIVES DA CRUZ
CPF: 056.305.339-91


BALDUINO HARTMANN
CPF: 088.703.659-72


NELCI HARTMANN
CPF: 194.782.169-53


SILVIA REGINA DA CRUZ
CPF: 469.842.089-04

NELSON HARTMANN
CPF: 196.138.819-72

Testemunhas:


CLAUDINEI BERTOTTO
CPF: 534.207.309-00
RG 1.687.692-0 SSP/SC


MARINEZ ODETE SANTI BERTOTTO
CPE: 626.641.239-04
RG 2.110.112 SSP/SC



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 19/02/2019

Arquivamento 20197204023 Protocolo 197204023 de 19/02/2019 NIRE 42200272238

Nome da empresa AUTO COLETIVO CACADOR LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 693826047024182

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2019 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral,

19/02/2019



197204023

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	AUTO COLETIVO CACADOR LTDA
PROTOCOLO	197204023 - 19/02/2019
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42200272238
CNPJ 83.060.327-0001-86
CERTIFICO O REGISTRO EM 19/02/2019
SOB N: 20197204023



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 19/02/2019

19/02/2019

Arquivamento 20197204023 Protocolo 197204023 de 19/02/2019 NIRE 42200272238

Nome da empresa AUTO COLETIVO CACADOR LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacao/Documentos/autenticacao.aspx>

Chancela 693826047024182

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/02/2019 por Henry Goy Peiry Neto - Secretário-geral:

